

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2016

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR, (denominada "ELETRONUCLEAR" ou "Companhia"), empresa de capital fechado, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, com sua sede fixada na Rua da Candelária, nº 65 - 2º ao 14º andares - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.091-020 tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, a geração de energia elétrica delas decorrentes e a realização de serviços de engenharia e correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Dentro do escopo desse objeto, a Companhia vem exercendo basicamente as atividades de exploração das usinas Angra 1 e Angra 2, com potência nominal de 1.990 MW*, bem como a construção da terceira unidade nucleoeleétrica, denominada usina Angra 3, cujo estágio está descrito na Nota 14g, todas integrantes da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAA.

A seguir, detalhes sobre as autorizações para construção e operação das usinas componentes da Central Nuclear:

USINA	POTÊNCIA NOMINAL	LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO		DATA DE INÍCIO DE OPERAÇÃO	VALIDADE DA LICENÇA
		INICIAL	ATUAL		
ANGRA 1	640 MW	Portaria MME Nº 416 de 13/07/70	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Janeiro 1985	40 anos
ANGRA 2	1.350 MW	Exp.Mot. MME Nº 300 - 28/05/74	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Setembro 2000	40 anos
ANGRA 3	1.405 MW Previsão	Decreto Nº 75.870 de 13/06/75	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Em fase de construção	

A energia elétrica gerada pela Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2013, foi rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, de acordo com a metodologia estabelecida na Resolução Normativa nº 530, editada em 21 de dezembro de 2012, pela ANEEL, para o cálculo das cotas-partes anuais referentes à energia das centrais de geração Angra 1 e Angra 2 e as condições para a comercialização dessa energia na forma do art.11, da Lei nº 12.111/2009.

*Informação não auditada por auditoria independente

Essas cotas-partes representam o percentual da energia proveniente das usinas, a ser alocado a cada distribuidora, calculado pela razão entre o seu mercado faturado dos consumidores e a soma dos mercados faturados dos consumidores cativos de todas as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional - SIN.

A ANEEL estabeleceu as cotas-partes anuais referentes à geração para os anos de 2013 a 2021, bem como os montantes de energia a serem alocadas às distribuidoras do SIN, através das Resoluções Homologatórias:

- 1.407/2012 de 21 de dezembro de 2012 (cotas-partes de 2013 a 2018)
- 1.663/2013 de 03 de dezembro de 2013 (cotas-partes de 2019)
- 1.830/2014 de 25 de novembro de 2014 (cotas-partes de 2020)
- 2.011/2015 de 15 de dezembro de 2015 (cotas-partes de 2021)

A Companhia apresenta capital circulante líquido positivo de R\$ 69.127 em 31 de março de 2016 (R\$ 303.750, negativo, em 31 de Dezembro de 2015).

NOTA 2 – PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria Executiva da Companhia em 10 de Maio de 2016.

As demonstrações financeiras do primeiro trimestre de 2016 estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, referenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Essas demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, mas com a indicação das alterações relevantes ocorridas no período e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, e tendo sido mantidas as mesmas práticas contábeis.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, a exceção de certos ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados a valor justo, conforme segue:

- Instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- O ativo ou passivo líquido de benefício definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido de valor presente da obrigação do benefício definido.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras intermediárias, estão divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

- Transações em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real. Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

As taxas utilizadas na conversão da moeda estrangeira para a moeda de apresentação estão apresentadas abaixo:

Moeda	Nome	País	Taxa Final		Taxa Média	
			31/03/2016	31/12/2015	1º Trim./16	1º Trim./15
USD	Dólar Americano	Estados Unidos	3,5589	3,9048	3,9022	2,8702
EUR	Euro	União Europeia	4,0539	4,2504	4,3009	3,2213

- Demonstrações do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“U.S. GAAP”) quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

NOTA 3 – DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As práticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias são os mesmos adotados na preparação das demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

3.1 - Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

3.1.1. – Operação Lava Jato

Em 2014 foi deflagrada a chamada “Operação Lava Jato”, que investiga, segundo informações públicas, a existência de um suposto esquema de corrupção envolvendo empresas responsáveis, principalmente, por obras no setor de infraestrutura no Brasil.

Em razão das notícias divulgadas na imprensa em 2015 em conexão com tal Operação, envolvendo empresas que também prestam serviços para Eletrobras Termonuclear S.A. – Eletronuclear (“Eletronuclear”) (UTN Angra 3), controlada da Eletrobras, e para determinadas sociedades de propósito específico nas quais a Eletrobras ou suas controladas detêm participação, foram abertas 3 (três) comissões de correição na Eletrobras, a fim de verificar os processos de contratação de empreiteiras pelas referidas empresas. Considerando as limitações dos métodos de trabalho dessas Comissões, o

Conselho de Administração da Eletrobras decidiu pela contratação de um escritório com a expertise necessária para conduzir uma investigação independente com o intuito de avaliar a eventual existência de irregularidades que violem o Foreign Corruption Practice Act (FCPA), a Lei anti-corrupção brasileira e/ou o código de ética da Eletrobras em determinados empreendimentos, tendo o escritório de advocacia Hogan Lovells sido contratado em 10 de junho de 2015 com essa finalidade.

Tal investigação independente é supervisionada por uma Comissão Independente para Gestão da Investigação, cuja criação foi aprovada pelo Conselho de Administração da Eletrobras em 31 de julho de 2015, com a finalidade de garantir a independência dos trabalhos desenvolvidos pelo escritório Hogan Lovells. Esta Comissão é composta pela Dra. Ellen Gracie Northfleet, ministra aposentada do Supremo Tribunal Federal, pelo Dr. Durval José Soledade Santos, ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliários, e pelo Dr. Manoel Jeremias Leite Caldas, representante dos acionistas minoritários.

Ainda sobre a Operação Lava-Jato, importa mencionar que em 29 de abril de 2015, em razão de notícias que tratavam de um suposto esquema de corrupção, o então Diretor-Presidente da Eletronuclear, Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, solicitou seu licenciamento e em 04 de agosto de 2015 renunciou ao cargo. O Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva atualmente é réu de ação penal na qual a Eletrobras participa na qualidade de assistente de acusação.

Quanto à construção da Usina de Angra 3, importa mencionar que a Eletronuclear suspendeu os contratos de montagem eletromecânica e de obra civil, tendo o consórcio ANGRAMON proposto uma ação requerendo a rescisão de seu contrato. Tal ação não teve antecipação de tutela deferida e nem tampouco sentença proferida.

Outrossim, em decorrência de notícias citando o suposto envolvimento do Diretor da Eletrobras Eletronorte, controlada da Eletrobras, o Sr. Adhemar Palocci, e do Diretor da Eletrobras, Sr. Valter Luiz Cardeal, na prática de supostos atos ilícitos em conexão com a Operação Lava-Jato, em 31 de julho de 2015 ambos solicitaram licença de seus cargos como diretores da Eletronorte e Eletrobras, respectivamente, e no dia 05 de agosto de 2015 o Sr. Valter Luiz Cardeal solicitou licença também dos Conselhos de Administração das empresas CGTEE, Amazonas GT e Eletrosul, todas controladas da Eletrobras. Os Srs. Adhemar Palocci e Valter Luiz Cardeal permanecem licenciados. Ainda em consonância com o referido processo de investigação, outros quatro funcionários estão licenciados dos seus respectivos cargos no Grupo.

Na medida em que os trabalhos de investigação conduzidos pelo escritório Hogan Lovells evoluírem e, caso conduzam a achados e produzam informações e dados suficientes para que a Companhia avalie, de acordo com a legislação do Brasil e dos Estados Unidos da América, a eventual ocorrência de impactos sobre as Informações Financeiras Intermediárias, será dado aos mesmos o tratamento legal e regulamentar pertinente.

Atualmente, como as ações relacionadas à investigação ainda estão em andamento, não foi possível identificar e refletir nestas Informações Financeiras Intermediárias eventuais impactos, se houver, relacionados a este tema.

A Eletrobras está mantendo contato com a Securities and Exchange Commission – SEC

e a Bolsa de Valores de Nova York (“NYSE”) e está discutindo com as referidas entidades os procedimentos que vêm sendo adotados pela mesma, inclusive os trabalhos de investigação em curso que vêm sendo desenvolvidos pelo Hogan Lovells, cuja investigação precisará estar substancialmente completa para o arquivamento dos Formulários 20-F relativos aos exercícios sociais de 2014 e 2015, bem como demonstrando as dificuldades enfrentadas diante do atual ambiente sócio-político e econômico do Brasil. O arquivamento do 20-F é um dos requisitos de governança para a manutenção da listagem da Eletrobras na referida Bolsa de Valores.

NOTA 4 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

As descrições dos saldos contábeis e dos valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos nas demonstrações financeiras estão identificadas a seguir:

DESCRITIVO	Mensuração	2016		2015	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	4.629	4.629	6.884	6.884
Clientes	Custo Amortizado	174.748	174.748	108.388	108.388
Ativos financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado					
Títulos e Valores Mobiliários	Valor Justo	847.018	847.018	644.351	644.351
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado					
Fornecedores	Custo Amortizado	754.184	754.184	885.635	885.635
Financiamentos e empréstimos	Custo Amortizado	7.384.216	7.384.216	6.828.095	6.828.095

O valor de mercado dos instrumentos, em 31 de março de 2016, se aproxima do valor registrado nas demonstrações financeiras trimestrais. A Companhia não realizou operações com derivativos.

4.1 - Fatores de risco

O Conselho de Administração da Companhia (CA) tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Auditoria Interna e a Gerência de Riscos e Conformidades de Controles são responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. O reporte de suas atividades é feito regularmente ao Conselho de Administração.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a ELETRONUCLEAR está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados

regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A ELETRONUCLEAR, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle, no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos:

- Riscos de mercado
- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco operacional

a) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio e taxas de juros e outros riscos de preço - que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno, a saber:

a.1) Risco de taxa de câmbio

Os riscos de flutuação nas taxas de câmbio podem estar associados às exposições de algumas moedas em relação a ativos e passivos da Companhia, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos (fundo financeiro para descomissionamento e fornecedores) e ao euro (fornecedores).

Com exceção de compra de dólar futuro, detalhado na Nota 11, que compõem a carteira do fundo exclusivo para descomissionamento, não há operações financeiras contratadas que protejam a Companhia dessa exposição.

A exposição total do risco de câmbio pode ser resumida na análise de sensibilidade abaixo:

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE FUNDO FINANCEIRO - 31 de Março de 2016								
MOEDA	SALDO	SALDO R\$ MIL	CENÁRIO PROVÁVEL		CENÁRIO POSSÍVEL		CENÁRIO REMOTO	
			CÂMBIO PROVÁVEL 2016	PERDA ESTIMADA	CÂMBIO POSSÍVEL 2016	PERDA ESTIMADA	CÂMBIO REMOTO 2016	PERDA ESTIMADA
Dólar Americano	(968)	(3.444)	4,0000	(428)	4,4000	(815)	3,7318	(168)
TOTAL		(3.444)		(428)		(815)		(168)

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE FUNDO FINANCEIRO - 31 de Dezembro de 2015								
MOEDA	SALDO	SALDO R\$ MIL	CENÁRIO PROVÁVEL		CENÁRIO POSSÍVEL		CENÁRIO REMOTO	
			CÂMBIO PROVÁVEL 2016	GANHO ESTIMADO	CÂMBIO POSSÍVEL 2016	GANHO ESTIMADO	CÂMBIO REMOTO 2016	PERDA ESTIMADA
Dólar Americano	2.480	9.658	4,2500	882	4,6750	1.936	3,2805	(1.522)
TOTAL		9.658		882		1.936		(1.522)

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE SALDO FORNECEDOR - 31 de Março de 2016									
MOEDA	SALDO	SALDO R\$ MIL	SALDO EM 31/03/2016	CENÁRIO I			CENÁRIO II		
				CÂMBIO PROVÁVEL 2016	SALDO PROVÁVEL R\$ MIL	PERDA ESTIMADA	CÂMBIO MÉDIO 2015/2016	SALDO PROVÁVEL R\$ mil	GANHO ESTIMADO
Euro	(32.194)	(108.077)	(130.511)	4,4642	(143.720)	(13.209)	4,1521	(133.672)	(3.161)
Dólar Americano	(3.477)	(12.186)	(12.376)	4,0000	(13.910)	(1.534)	3,7318	(12.977)	(601)
TOTAL		(120.263)	(142.887)		(157.630)	(14.743)		(146.649)	(3.762)

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE SALDO FORNECEDOR - 31 de Dezembro de 2015									
MOEDA	SALDO	SALDO R\$ MIL	SALDO EM 31/12/2015	CENÁRIO I			CENÁRIO II		
				CÂMBIO PROVÁVEL 2016	SALDO PROVÁVEL R\$ MIL	PERDA ESTIMADA	CÂMBIO MÉDIO 2014/2015	SALDO PROVÁVEL R\$ mil	GANHO ESTIMADO
Euro	(25.156)	(85.927)	(106.921)	4,7807	(120.261)	(13.340)	3,7387	(94.049)	12.872
Dólar Americano	(9.563)	(34.468)	(37.340)	4,2500	(40.641)	(3.301)	3,2805	(31.370)	5.970
TOTAL		(120.395)	(144.261)		(160.902)	(16.641)		(125.419)	18.842

A taxa de câmbio utilizada no cenário provável foi extraída da divulgação efetuada pelo *OECD Economic Outlook*; a taxa de câmbio do cenário possível é uma estimativa 10% superior ao cenário provável; e a taxa no cenário remoto foi calculada com base na média simples do fechamento de câmbio do ano corrente e anterior divulgados pelo Banco Central.

a.2) Risco de juros

A Administração da ELETRONUCLEAR entende que a exposição a risco de juros não é significativa, visto que 92% do volume dos empréstimos e financiamentos contratados estão indexados à UFIR e TJLP ou não possuem qualquer indexador, como é o caso do contrato de financiamento com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, que possui taxa de

juros fixa ao longo do contrato; enquanto os demais estão indexados à taxa DI-Over. Além disso, todos os recursos são captados em moeda nacional, o que reduz a exposição cambial.

A UFIR não sofreu qualquer variação no período, visto que foi extinta em 2000 e está congelada desde então. Já a TJLP, que é fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), saiu de 7,00% em dezembro de 2015 para 7,50% em janeiro de 2016, o que representou crescimento de 7,14%. Apesar desse aumento, o impacto para a ELETRONUCLEAR é suavizado pelo fato do contrato de financiamento com o BNDES prever que qualquer valor da TJLP que exceda o patamar de 6,00% ao ano é capitalizado ao saldo devedor. Além da taxa referente à TJLP, o contrato com o BNDES prevê o pagamento de um spread fixo de 1,72%.

Aproximadamente 8% do montante dos empréstimos e financiamentos contratados pela ELETRONUCLEAR estão indexados à taxa DI-Over, apurada pela CETIP, que registrou variação de 3,8% durante o primeiro trimestre de 2016. Os prazos de vencimento dos contratos indexados à esta taxa são mais curtos que os demais contratos de financiamento da empresa.

Segue abaixo a exposição total do risco de juros:

EXPOSIÇÃO A RISCO DE JUROS									
FINANCIAMENTO E EMPRÉSTIMOS	Moeda	Indexador	Taxa Efetiva	31/03/2016		31/12/2015		31/12/2014	
				Principal	Juros *	Principal	Juros *	Principal	Juros *
ANGRAS 1 e 2:									
ELETRONUCLEAR	R\$	UFIR	7,00%	368.822	135.356	382.984	141.975	439.635	170.932
ELETRONUCLEAR - PSPE	R\$	Taxa DI-Over	16,37%	141.667	17.393	150.000	23.769	-	-
ELETRONUCLEAR - Angra 3/PSPE	R\$	Taxa DI-Over	16,37%	149.683	88.214	149.683	91.716	149.683	97.493
ELETRONUCLEAR - PLR	R\$	Taxa DI-Over	16,37%	7.707	263	11.560	681	-	-
ANGRA 3:									
ELETRONUCLEAR - RGR -	R\$	UFIR	5,50%	594.250	388.119	594.250	396.290	594.250	428.973
ELETRONUCLEAR - Angra 3/PSPE	R\$	Taxa DI-Over	16,37%	295.750	174.297	295.750	181.215	295.750	192.633
BNDES	R\$	TJLP	9,22%	3.275.663	3.076.086	3.194.062	3.074.803	2.622.387	2.290.961
CEF - Empréstimo Ponte	R\$	Sem indexador	6,70%	-	-	-	-	1.031.613	-
CEF	R\$	Sem indexador	6,50%	2.550.675	2.318.260	2.030.191	1.882.838	-	-
TOTAL				7.384.216	6.197.987	6.808.480	5.793.287	5.133.318	3.180.992

* Montante de juros até o término das amortizações dos empréstimos calculado conforme taxas contratuais

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro que falhe ao cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e instrumentos financeiros da Companhia. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A ELETRONUCLEAR, conforme descrito nas Notas 1 e 6, tem a totalidade da sua geração de energia elétrica, a partir de janeiro de 2013, comercializada através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, com todas as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional - SIN.

A Resolução Normativa nº 530, de 21 de dezembro de 2012, evidencia que apesar de o faturamento ser repassado pela CCEE, o risco de crédito final é da ELETRONUCLEAR. Dessa forma, a ELETRONUCLEAR monitora constantemente os possíveis efeitos e a eventual necessidade de contratação de instrumentos de proteção.

Houve o registro de inadimplência por parte de uma concessionária de distribuição que foi interligada ao SIN em 2016.

Abaixo, apresentamos as principais contas sujeitas a risco de crédito:

PRINCIPAIS CONTAS SUJEITAS A RISCO DE CRÉDITO		
COMPOSIÇÃO	SALDO EM 31/03/2016	SALDO EM 31/12/2015
Caixa e equivalentes de Caixa	4.629	6.884
Clientes - Venda de Energia	174.748	108.388
TOTAL	179.377	115.272

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA 2016			
	COMPOSIÇÃO	SALDO	ATRASO EM DIAS
1	Caixa	-	-
2	Banco	4.584	-
3	Fundo Fixo	45	-
	TOTAL	4.629	

CLIENTES 2016						
	CONCESSIONÁRIAS	FATURAMENTO	PARCELA VARIÁVEL	PARCELA RESSARCIMENTO	TOTAL	ATRASO EM DIAS
1	AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A	5.973	167	(1.659)	4.481	-
2	Amazonas Distribuidora de Energia S.A	3.981	111	(1.106)	2.986	-
3	Ampla Energia e Serviços S.A.	6.592	184	(1.831)	4.945	-
4	Bandeirante Energia S.A	6.869	192	(1.908)	5.153	-
5	Caiuá Distribuidora de Energia S.A. (GRUPO ENERGISA)	763	21	(212)	572	-
6	Companhia de Eletricidade do Amapá	636	18	(177)	477	-
	Companhia de Eletricidade do Amapá	529			529	44
	Companhia de Eletricidade do Amapá	658			658	16
7	Companhia Energética de Alagoas	2.103	59	(584)	1.578	-
8	CEB Distribuição S.A.	4.089	114	(1.136)	3.067	-
9	Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica	5.737	160	(1.593)	4.304	-
10	Celesc Distribuição S.A.	11.837	330	(3.287)	8.880	-
11	CELG Distribuição S.A.	7.501	209	(2.083)	5.627	-
12	Centrais Elétricas do Pará S.A.	4.711	131	(1.308)	3.534	-
13	Companhia Energética de Pernambuco	7.433	207	(2.064)	5.576	-
14	Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S.A.	1.137	32	(316)	853	-
15	Companhia Energética do Maranhão	3.428	96	(952)	2.571	-
16	Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia	4.028	112	(1.119)	3.022	-
17	CEMIG Distribuição S.A	18.076	504	(5.020)	13.560	-
18	Companhia Energética do Piauí	1.846	51	(513)	1.385	-
19	Centrais Elétricas de Rondônia S.A.	1.912	53	(531)	1.434	-
20	Companhia Nacional de Energia Elétrica (GRUPO ENERGISA)	388	11	(108)	291	-
21	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia	10.995	307	(3.054)	8.248	-
22	Companhia Energética do Ceará	6.310	176	(1.753)	4.733	-
23	COPEL Distribuição S.A.	17.191	479	(4.774)	12.896	-
24	Companhia Energética do Rio Grande do Norte	3.036	85	(843)	2.277	-
25	Companhia Jaguarí de Energia	320	9	(89)	240	-
26	Companhia Leste Paulista de Energia	197	5	(55)	148	-
27	Companhia Luz e Força Mococa	151	4	(42)	113	-
28	Companhia Paulista de Força e Luz	15.229	425	(4.229)	11.424	-
29	Companhia Piratininga de Força e Luz	6.676	186	(1.854)	5.008	-
30	Companhia Luz e Força Santa Cruz	646	18	(179)	485	-
31	Companhia Sul Paulista de Energia	267	7	(74)	200	-
32	DME Distribuição S.A. - DMED	289	8	(80)	217	-
33	Empresa Elétrica Bragantina S.A. (GRUPO ENERGISA)	494	14	(137)	371	-
34	Elektro Eletricidade e Serviços S.A.	8.862	247	(2.461)	6.648	-
35	Companhia de Eletricidade do Acre	571	16	(159)	428	-
36	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	27.404	764	(7.611)	20.557	-
37	Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A.	465	13	(129)	349	-
38	Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia. S.A.	802	22	(223)	602	-
39	Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A	2.488	69	(691)	1.866	-
40	Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.	1.849	52	(513)	1.387	-
41	Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A.	2.765	77	(768)	2.074	-
42	Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.	4.483	125	(1.245)	3.363	-
43	Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda	159	4	(44)	119	-
44	Light Serviços de Eletricidade S.A.	14.576	406	(4.048)	10.934	-
45	Empresa de Distrib. Energia Vale Paranapanema S.A.(ENERGISA)	595	17	(165)	446	-
46	Rio Grande Energia S.A.	5.506	154	(1.529)	4.131	-
	TOTAL	232.553	6.451	(64.256)	174.748	60

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

- Índices de liquidez:

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível em caixa e equivalentes de caixa. A gestão deste risco implica manter caixa e equivalentes, além de aplicações que permitam à Companhia ter capacidade de liquidar suas posições de mercado nos respectivos vencimentos. Abaixo, apresentamos os principais indicadores:

- a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades, de curto prazo, aponta um índice de liquidez corrente de 1,06 (0,79 em 31 de Dezembro de 2015) e
- a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades, de curto e de longo prazo, revela um índice de liquidez geral de 0,23 (0,21 em 31 de Dezembro de 2015).

A administração da ELETRONUCLEAR entende que os riscos de liquidez corrente estão administrados. O índice de liquidez geral está afetado pelos financiamentos das obras da Usina Angra 3, com entrada em operação e consequente início de receita previstas para dezembro de 2020.

No quadro abaixo, estão demonstrados os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Os valores divulgados no quadro são os fluxos de caixa não descontados contratados:

PASSIVOS FINANCEIROS POR VENCIMENTO				
DESCRITIVO	R\$ MIL			
	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Em 31 de dezembro de 2015 (i)				
- Empréstimos	476.513	621.369	2.180.782	9.842.132
- Fornecedores (iii)	765.239	60.198	60.198	-
TOTAL	1.241.752	681.567	2.240.980	9.842.132
Em 31 de março de 2016 (i)				
- Empréstimos	410.155	623.445	2.309.365	10.706.623
- Fornecedores (iii)	628.159	63.012	63.013	-
TOTAL	1.038.314	686.457	2.372.378	10.706.623

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e fornecedores.

(ii) A divisão das faixas de vencimento não são determinadas pelas normas e sim baseadas em uma opção da administração de acordo com os contratos.

(iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

- Redução do Patrimônio Líquido

Face à crescente redução do patrimônio líquido decorrente dos sucessivos prejuízos da ELETRONUCLEAR provocados essencialmente pelo aumento progressivo do valor do *impairment* de Angra 3 (ver nota 14 c.3), desperta-se um risco financeiro quanto à leitura do endividamento da Companhia junto ao seu acionista, o que pode acarretar em dificuldades para a tomada futura de financiamentos para a continuidade do empreendimento Angra 3. Entretanto, a administração da Companhia entende que resolvida a questão do refazimento da tarifa de Angra 3, conforme elucidado na nota 14 c.4, ficaria atendida a condição necessária para que o BNDES e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL aditassem os contratos de empréstimos, hoje existentes, de forma a garantir o

financiamento restante para a consecução do empreendimento, bem como a possibilidade da redução ou reversão do valor do *Impairment*.

d) Risco operacional

A ELETRONUCLEAR tem como atividade principal a operação das usinas Angra 1 e 2, e em razão disso, tem apresentado nos últimos anos um excelente nível de eficiência, com destaque até no cenário internacional.

Toda a energia produzida por essas usinas tem fornecimento contratual de longo prazo firmado com as distribuidoras de energia elétrica, contratos esses, regidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A ELETRONUCLEAR entende que o risco de inadimplência fica mitigado na quitação desse faturamento, face à atividade de administração financeira estar sob o controle da CCEE, que possui autonomia sobre os recursos reservados pelas distribuidoras para esse fim.

A receita fixa das Usinas Angra 1 e 2 é regulada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL, através do modelo PRORET – Módulo 6 – Submódulo 6.7, com reajustes inflacionários anuais e revisões tarifárias trienais. A receita fixa de 2015 foi definida pela Resolução Homologatória nº 2.006 de 15.12.2015 (DOU 18.12.2015), no montante de R\$ 2.862.070.163,75 (dois bilhões, oitocentos e sessenta e dois milhões, setenta mil, cento e sessenta e três reais e setenta e cinco centavos).

Salienta-se que, conforme regras de comercialização das energias de Angra 1 e 2, os desvios eventuais (sobras ou faltas) são apurados em cada exercício e são faturados ou devolvidos em duodécimos no exercício seguinte.

Assim considerando, entende a administração da ELETRONUCLEAR, não haver nenhuma expectativa econômica e financeira que possa indicar um risco de descontinuidade operacional dessas usinas.

Quanto à Usina Angra 3, em fase de construção, terá a totalidade de sua produção de energia elétrica comercializada sob o égide da Portaria MME Nº 980 de 23/12/2010, que culminou com a celebração do Contrato de Energia de Reserva – CER com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Esse regime de comercialização determina o fornecimento de uma quantidade de energia firme a uma tarifa regulada. Tal tarifa encontra-se em fase de revisão no MME/ANEEL, de modo que possa incluir a totalidade dos custos necessários a tornar o empreendimento com retorno assegurado.

Portanto, a modalidade de comercialização de Energia de Reserva da Usina Angra 3 assegura a esse projeto todas as garantias e compromissos de um modelo não exposto ao mercado de energia elétrica de curto prazo.

A administração da Empresa ressalva, que diante da dificuldade de obtenção das fontes recursos para suportar o empreendimento de Angra 3, a companhia suspendeu os

contratos de fornecimentos de bens e serviços associados ao empreendimento por 120 dias, amparada pelo inciso XIV, do art. 78 da lei 8.666/93. Até o presente período, a Companhia entende que esse prazo seja suficiente para assegurar a preservação e integridade dos serviços já executados, além da implementação de ações a um nível de desempenho capaz de recuperar os possíveis impactos no cronograma da obra de Angra 3.

Importante frisar que, em 14.01.2016, foi sancionada, pela Presidenta da República, a Lei nº 13.255, onde foi estimada a receita e fixadas as despesas da União para o exercício financeiro de 2016, nela incluindo em seu inciso III, do artigo 1º, o Orçamento de Investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto, incluindo-se na mesma, a aprovação de dotação e execução orçamentária para a ação de Investimento no projeto de “Implantação da Usina Termonuclear de Angra III”, pertencente à ELETRONUCLEAR, a qual compreende-se que, após avaliação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, bem como pelo plenário do Congresso Nacional, a obra de “Implantação da Usina Termonuclear de Angra III” está apta a manter sua execução física, orçamentária e financeira, conforme nota 37d.

4.2 - Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a ELETRONUCLEAR monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários de curto prazo.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

ÍNDICE DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA		
DESCRIPTIVO	R\$ MIL	
	31/03/2016	31/12/2015
Total dos financiamentos e empréstimos (Nota 17a)	7.384.216	6.828.095
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5a)	(4.629)	(6.884)
(-) Títulos e val. mobiliários de curto prazo (Nota 5b)	(369.838)	(151.413)
Dívida líquida	7.009.749	6.669.798
Total do patrimônio líquido	(322.678)	(351.588)
Total do capital total	6.687.071	6.318.210
Índice de alavancagem financeira - %	1,05	1,06

4.3 - Instrumentos financeiros por categoria

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA - 31/03/2016			
R\$ MIL			
DESCRIPTIVO	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	TOTAL EM 31/03/2016
Ativos conforme o balanço patrimonial			
- Contas a receber de clientes	174.748	-	174.748
- Caixa e equivalentes de caixa	4.629	-	4.629
- Títulos e valores mobiliários de curto prazo	-	369.838	369.838
- Títulos e valores mobiliários de longo prazo	-	477.180	477.180
Em 31 de Março de 2016	179.377	847.018	1.026.395

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA - 31/12/2015			
R\$ MIL			
DESCRIPTIVO	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	TOTAL EM 31/12/2015
Ativos conforme o balanço patrimonial			
- Contas a receber de clientes	108.388	-	108.388
- Caixa e equivalentes de caixa	6.884	-	6.884
- Títulos e valores mobiliários de curto prazo	-	151.413	151.413
- Títulos e valores mobiliários de longo prazo	-	492.938	492.938
Em 31 de Dezembro de 2015	115.272	644.351	759.623

4.4 - Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. A Administração entende que os valores justos de seus passivos financeiros são próximos dos seus valores contábeis, tendo em vista a disponibilidade de instrumentos financeiros similares no mercado e, portanto de juros e condições equivalentes.

Valor justo hierárquico

Existem três níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, sendo que a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativos ou passivos financeiros. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto a seguir:

- Nível 1: Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraídos de modelo de precificação, baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Dados extraídos de modelo de precificação, baseado em dados não observáveis de mercado.

Em 31 de março de 2016 a classificação por Nível Hierárquico apresenta-se da seguinte forma para os instrumentos financeiros valorizados a valor justo:

INSTRUMENTOS FINANCEIROS					
DESCRITIVO	R\$ MIL				
	Nível 1		Nível 2		Total
	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	
Títulos e valores mobiliários de curto prazo	151.413	151.413	-	-	151.413
Títulos e valores mobiliários de longo prazo	492.938	492.938	-	-	492.938
Total de ativos em 31/12/2015	644.351	644.351	-	-	644.351
Títulos e valores mobiliários de curto prazo	369.838	369.838	-	-	369.838
Títulos e valores mobiliários de longo prazo	477.180	477.180	-	-	477.180
Total de ativos em 31/03/2016	847.018	847.018	-	-	847.018

Gerenciamento do capital

A política da Administração, bem como as demais áreas, procura um equilíbrio entre a rentabilidade vis-à-vis o risco incorrido, de modo a não expor seu patrimônio, ou de sofrer aumento súbito ou flutuações do mercado. Visando a gestão do capital saudável, a

Companhia adota a política de preservar a liquidez, com o acompanhamento de perto do fluxo de caixa de curto e longo prazo.

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE CURTO PRAZO

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.284/05, emitida pelo Banco Central do Brasil, em 25 de maio de 2005, as aplicações financeiras resultantes das receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, somente podem ser efetuadas por intermédio da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados.

Os saldos considerados como equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, prontamente conversível em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e também cujos recursos são destinados ao atendimento da gestão de caixa da Companhia. Aquelas aplicações de recursos, que são de comprometimento nas atividades de investimentos e que não fazem parte da gestão de caixa, são classificadas como títulos e valores mobiliários.

As aplicações financeiras da Companhia, apresentadas no quadro abaixo (“b - Títulos e valores mobiliários de curto prazo”), resultam de recursos oriundos de financiamento concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e pela Caixa Econômica Federal – CEF para construção da usina Angra 3, que são mantidos no Banco do Brasil e na CEF por força contratual. Estão aplicados em Extramercado FAE - Fundo de Investimento em Renda Fixa, que oferece liquidez diária e são compostas, principalmente, de títulos do governo brasileiro e certificados de depósitos bancários. O fundo de investimento possui possibilidade de resgate com liquidez imediata e sem carência.

a) Caixa e equivalentes de caixa

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Composição	R\$ MIL	
	31/03/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	4.629	6.884
SALDO	4.629	6.884

b) Títulos e valores mobiliários de curto prazo

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		
Composição	R\$ MIL	
	31/03/2016	31/12/2015
Investimento em renda fixa:		
* BB Extramercado FAE 2	21.777	-
** Fundo de Investimento Caixa Extramercado VI IRF-M	16.952	
*** Fundo de Investimento Caixa Extramercado VI IRF-M	331.109	151.413
TOTAL	369.838	151.413

Os recursos oriundos de financiamento concedido pelo BNDES e pela Caixa Econômica Federal são para construção da usina Angra 3.

* Rentabilidade no ano: 3,83% em 2016 e 10,19% em 2015

** Rentabilidade no ano: 3,97% em 2016 e 11,36% em 2015

*** Rentabilidade no ano: 3,97% em 2016 e 12,89% em 2015

Em 2016, até 31 de março, houve aplicação em títulos e valores mobiliários de curto prazo no valor de R\$ 380.000, rendimento bruto de R\$ 3.762, resgate de recursos, incluso IRRF e pagamento de IOF, no montante R\$ 165.337.

NOTA 6 – CLIENTES

CLIENTES - CONTAS A RECEBER		
BALANÇO	R\$ MIL	
	Ativo Circulante 31/03/2016	Ativo Circulante 31/12/2015
Energia contratada	239.693	194.063
Desvio negativo	(71.396)	(85.675)
Desvio positivo	6.451	-
TOTAL	174.748	108.388

a) O faturamento da Companhia é realizado, mensalmente, com base na Resolução Normativa nº 530, editada em 21 de dezembro de 2012, pela ANEEL, para todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN. Até 31 de março de 2016, há registro de inadimplência por parte de uma concessionária de distribuição.

- b) O desvio negativo (ressarcimento) de R\$ 71.396, provisionados até março de 2016, é em decorrência de a energia fornecida ter sido menor que a energia garantida para 2015. Este valor corresponde ao montante apurado e valorado, ao máximo, entre o Preço de Liquidação das Diferenças – PLD médio do ano, em referência, a Receita Fixa, e está sendo devolvido a todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, em doze parcelas no exercício de 2016.

NOTA 7 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS – ATIVO

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ MIL	
	ATIVO CIRCULANTE	
	31/03/2016	31/12/2015
IRRF sobre aplicações financeiras	168	3.475
IRRF sobre serviços prestados a terceiros	222	430
CSLL retida sobre serviços prestados a terceiros	185	359
Saldo de antecipações de IRPJ	10.275	30.526
Saldo de antecipações de CSLL	2.321	10.732
FGTS a Recuperar	131	131
Créditos fiscais PASEP e COFINS	17.174	17.211
Outros	110	110
TOTAL	30.586	62.974

NOTA 8 - ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

O combustível nuclear utilizado nas usinas nucleares Angra 1 e Angra 2 é constituído de elementos fabricados com componentes metálicos e pastilhas de urânio em seu interior.

Na sua etapa inicial de formação, são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários a sua fabricação, e classificados contabilmente no ativo não circulante, nas contas de estoque de concentrado de urânio e serviço em curso - combustível nuclear, respectivamente. Depois de concluído o processo de fabricação, tem-se o elemento de combustível nuclear pronto, cujo valor é classificado em dois grupos contábeis: no ativo circulante, é registrada a parcela relativa à previsão do consumo para os próximos 12 meses e, no não circulante, a parcela restante.

A amortização do combustível nuclear, ocorre pela perda do potencial de energia térmica dos elementos, o que proporciona a geração de energia elétrica. A amortização não é linear, não havendo geração de energia, não há amortização.

COMBUSTÍVEL NUCLEAR		
BALANÇO	R\$ MIL	
	31/03/2016	31/12/2015
Concentrado de urânio	7.723	7.723
Elementos prontos	4.368.822	4.368.822
Serviços em curso	190.459	129.479
Consumo Acumulado	(3.622.064)	(3.525.146)
TOTAL	944.940	980.878
Ativo circulante	402.453	402.453
Ativo não circulante	542.487	578.425
TOTAL	944.940	980.878

A movimentação dos elementos de combustível nuclear prontos está apresentada a seguir:

MOVIMENTAÇÃO DOS ELEMENTOS PRONTOS				
BALANÇO	R\$ MIL			
	SALDO EM 31/12/2015	ADIÇÕES	BAIXA	SALDO EM 31/03/2016
Ativo circulante	402.453			402.453
Ativo não circulante	3.966.369		-	3.966.369
TOTAL BRUTO	4.368.822	-	-	4.368.822
Consumo acumulado	(3.525.146)		(96.918)	(3.622.064)
VALOR LÍQUIDO	843.676	-	(96.918)	746.758

NOTA 9 – ALMOXARIFADO

O saldo do almoxarifado é composto por materiais utilizados para consumo, nos montantes de R\$ 96.109 (R\$ 73.200 em 31 de dezembro de 2015) das usinas no curto prazo, assim como, os adiantamentos efetuados a fornecedores para a aquisição dos correspondentes materiais, nos montantes de R\$ 16.656 (R\$ 19.913 em 31 de dezembro de 2015), totalizando R\$ 112.665 (R\$ 93.113 em 31 de dezembro de 2015).

NOTA 10 – OUTROS ATIVOS

OUTROS ATIVOS	R\$ MIL		R\$ MIL	
	ATIVO CIRCULANTE		ATIVO NÃO CIRCULANTE	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Prêmios de seguros	11.393	16.275	-	-
Partes relacionadas	38.696	39.261	-	-
Contribuições as fundações	7.144	-	-	-
Antecipação de IPVA e IPTU	8.434	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	6.292	12.462	-	-
Furnas - Contingência trabalhista	-	-	15.732	15.732
Furnas - Contingência trabalhista atualização	-	-	6.529	6.431
INEPAR - multa contratual	4.141	4.141	-	-
Desativações em curso	2.302	2.302	-	-
Devedores diversos	5.567	7.352	1.289	1.289
TOTAL	83.969	81.793	23.550	23.452

Veja detalhes sobre as transações com partes relacionadas na Nota 32.

NOTA 11 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE LONGO PRAZO - FUNDO PARA O DESCOMISSIONAMENTO

O descomissionamento de usinas nucleares constitui-se de um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito. Para permitir a inserção na ELETRONUCLEAR dos custos a serem incorridos com o descomissionamento das usinas Angra 1 e 2, foi constituído contabilmente uma obrigação para desmobilização de ativos, com base em estudos técnicos elaborados pela Companhia, conforme Nota 24.

De acordo com a determinação do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, as atribuições pelas atividades de instituir e viabilizar o fundo, para fazer face ao efetivo descomissionamento das usinas nucleares Angra 1 e 2, ao final da vida útil econômica das referidas usinas, foram atribuídas à Eletrobras.

Em 15 de janeiro de 2008, a Eletrobras fixou as diretrizes para implementação do fundo financeiro, informando a conta corrente para os depósitos, as datas de recolhimentos, bem como os valores das quotas mensais a serem recolhidas no exercício de 2008.

Assim sendo, a ELETRONUCLEAR, em 20 de fevereiro de 2008, iniciou o processo de pagamento à Eletrobras, para o devido recolhimento ao fundo financeiro para o descomissionamento.

Anualmente, a Eletrobras estabelece o montante a ser recolhido ao fundo financeiro do Banco do Brasil para o descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2, considerando como base de cálculo, a parcela considerada pela ANEEL, na receita fixa das mencionadas usinas. Para o exercício de 2016, o valor fixado para depósito foi o montante R\$ 9.035.

O mencionado fundo é mantido com o Banco do Brasil, através de um fundo de investimento extra mercado de longo prazo, exclusivo para acumular os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento das usinas Angra 1 e Angra 2. A titularidade deste fundo pertence à Eletrobras, conforme determinado pelo CNPE.

A seguir, demonstramos o detalhamento de carteira do mencionado fundo:

DERIVATIVOS FUNDO DE DESCOMISSIONAMENTO		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	31/03/2016	31/12/2015
Conta-corrente	15	14
Dólar Comercial Futuro	(3.443)	9.686
LTN	284.217	336.639
NTNF	122.876	135.772
Operações Compromissadas	73.529	10.839
Outros	(14)	(12)
TOTAL	477.180	492.938

Mensalmente, a Eletrobras informa à ELETRONUCLEAR, os rendimentos financeiros incorridos durante o período sobre as aplicações do fundo, com a devida tributação do imposto de renda na fonte.

Em março de 2016, o fundo apresenta uma perda financeira de R\$ 29.477 (Nota 29), (ganho financeiro de R\$ 154.391 em 2015), em função da carteira do Fundo Financeiro do Banco do Brasil para descomissionamento conter título vinculado à variação da moeda dólar norte-americano, sem saldo final representativo, porém com forte movimentação durante o período.

Em 2016 foram aplicados R\$ 13.719 no fundo para descomissionamento.

Abaixo, apresentamos o quadro da composição do fundo para descomissionamento:

FUNDO FINANCEIRO PARA O DESCOMISSIONAMENTO		
DESCRIPTIVO	R\$ MIL	
	31/03/2016	31/12/2015
Parcelamento quotas de 2005/2006/2007	77.586	73.344
Quotas de 2008 a 2014	188.703	182.236
Total de quotas recolhidas	266.289	255.580
Planos de Recolhimentos Adicionais	6.127	3.117
Ganhos líquidos auferidos acumulados	204.764	234.241
Patrimônio líquido do fundo	477.180	492.938
Ajuste da carteira de aplicações a realizar	-	-
Saldo da Carteira de Aplicativos do Fundo	477.180	492.938

NOTA 12 – DEPÓSITOS VINCULADOS

a) Composição

DEPÓSITOS VINCULADOS		
COMPOSIÇÃO	R\$ MIL	
	31/03/2016	31/12/2015
Depósitos judiciais		
Contingências trabalhistas	16.218	15.899
Contingências cíveis	196	196
Contingências tributárias	32.629	32.629
	49.043	48.724
Outros depósitos	125	125
Atualização monetária sobre os depósitos judiciais	11.305	10.593
TOTAL	60.473	59.442

b) Movimentação

MOVIMENTAÇÃO DOS DEPÓSITOS VINCULADOS				
COMPOSIÇÃO	SALDO EM 31/12/2015	31/03/2016		
		BAIXAS	INCLUSÕES	SALDO
Depósitos judiciais	48.724	-	319	49.043
Outros depósitos	125	-	-	125
Atualização monetária s/depósitos judiciais	10.593	-	712	11.305
TOTAL	59.442	-	1.031	60.473

NOTA 13 – ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS SOBRE PREJUÍZOS FISCAIS

A Companhia possui prejuízo fiscal no montante de R\$ 1.161.997 mil (R\$ 1.204.994 mil em 31 de dezembro de 2015) e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 1.380.629 mil (R\$ 1.423.589 mil em 31 de dezembro de 2015).

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa da CSLL são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável do exercício, sem prazo de prescrição.

A Companhia não reconhece impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base negativa, por não apresentar um histórico de resultados positivos nos três últimos anos e não ter expectativa de reverter a situação em curto prazo, conforme prevê a Instrução CVM nº 371/2002.

O cálculo da taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social, e a composição dos impostos diferidos passivos, encontram-se detalhados na Nota 18.

NOTA 14 – IMOBILIZADO

Os bens e instalações utilizados na produção são vinculados ao serviço público de energia elétrica, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador, segundo a legislação federal vigente.

a) Composição do saldo do imobilizado

DESCRITIVO	% taxa anual de depreciação	IMOBILIZADO			
		31/03/2016			31/12/2015
		Custo	Depreciação e amortização acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
EM SERVIÇO					
Terrenos		34.446	-	34.446	34.447
Ed.Obras Cíveis Benfeitorias		1.462.476	(765.247)	697.229	707.502
Máquinas e Equipamentos - Inst.Fixas		7.276.737	(3.306.128)	3.970.609	4.054.102
Máquinas e Equipamentos - Equip.Geral		127.893	(76.949)	50.944	52.711
Veículos		11.316	(7.170)	4.146	4.352
Móveis e Utensílios		21.369	(11.283)	10.086	10.294
Angras 1 e 2	3,3	8.934.238	(4.166.777)	4.767.461	4.863.408
EM CURSO					
Ed.Obras Cíveis Benfeitorias		52.081	-	52.081	48.422
Máquinas e Equipamentos - Inst. Fixas		161.365	-	161.365	163.836
Máquinas e Equipamentos - Equip.Geral		3.990	-	3.990	3.673
Veículos		1.639	-	1.639	1.827
Móveis e Utensílios		178	-	178	181
A Ratear		232.301	-	232.301	220.849
Transf/fab e rep/mat em processo		3.002	-	3.002	3.002
Compras em andamento		1.010	-	1.010	1.011
Adiantamento a fornecedores		305	-	305	149
Angras 1 e 2		455.872	-	455.872	442.950
Terrenos		115	-	115	115
Ed.Obras Cíveis Benfeitorias		1.521.618	-	1.521.618	1.518.939
Máquinas e Equipamentos - Inst. Fixas		966.331	-	966.331	809.921
A Ratear		(2.591.755)	-	(2.591.755)	(2.825.056)
Compras em andamento		42.730	-	42.730	40.142
Adiantamento a fornecedores		2.061.823	-	2.061.823	2.091.233
Angras 3		8.064.317	-	8.064.317	7.698.749
Impairment Angra 3		(6.063.454)	-	(6.063.454)	(6.063.454)
		2.000.863	-	2.000.863	1.635.295
Angras 1, 2 e 3		2.456.735	-	2.456.735	2.078.245
TOTAL BRUTO		11.390.972	(4.166.777)	7.224.195	6.941.653
Obrigações especiais	3,3	(237)	220	(17)	(23)
VALOR LÍQUIDO		11.390.735	(4.166.557)	7.224.178	6.941.630

b) Movimentação do imobilizado

MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO EM 2016 - R\$ MIL							
DESCRITIVO	SALDO EM 31/12/2015	ADIÇÕES / DEPRECIACÃO	ENCARGOS FINANCEIROS E RENDIMENTOS CAPITALIZADOS	DEPRECIACÃO CAPITALIZADA	TRANSF. PARA SERVIÇO	BAIXAS / OUTROS	SALDO EM 31/03/2016
Em curso	8.141.699	268.133	110.895	221	(604)	(156)	8.520.188
<i>Impairment Angra 3</i>	(6.063.454)	-	-	-	-	-	(6.063.454)
Em serviço: custo	8.933.609	-	-	-	604	25	8.934.238
Depreciação	(4.070.201)	(96.337)	-	(221)	-	(18)	(4.166.777)
Total em serviço	4.863.408	(96.337)	-	(221)	604	7	4.767.461
TOTAL BRUTO	6.941.653	171.796	110.895	-	-	(149)	7.224.195
Obrigações especiais	(23)	-	-	-	-	-	(23)
Depreciação	-	6	-	-	-	-	6
TOTAL	6.941.630	171.802	110.895	-	-	(149)	7.224.178

MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO EM 2015 - R\$ MIL							
DESCRITIVO	SALDO EM 31/12/2014	ADIÇÕES / DEPRECIACÃO	ENCARGOS FINANCEIROS E RENDIMENTOS CAPITALIZADOS	DEPRECIACÃO CAPITALIZADA	TRANSF. PARA SERVIÇO	BAIXAS / OUTROS	SALDO EM 31/12/2015
Em curso	6.195.372	1.586.141	370.912	782	(10.903)	(605)	8.141.699
<i>Impairment Angra 3</i>	(1.090.343)	(4.973.111)	-	-	-	-	(6.063.454)
Em serviço: custo	9.124.031	-	-	-	10.903	(201.325)	8.933.609
Depreciação	(3.717.625)	(357.455)	-	(782)	-	5.661	(4.070.201)
Total em serviço	5.406.406	(357.455)	-	(782)	10.903	(195.664)	4.863.408
TOTAL BRUTO	10.511.435	(3.744.425)	370.912	-	-	(196.269)	6.941.653
Obrigações especiais	(47)	-	-	-	-	-	(47)
Depreciação	-	24	-	-	-	-	24
TOTAL	10.511.388	(3.744.401)	370.912	-	-	(196.269)	6.941.630

c) Valor recuperável dos ativos de longo prazo

A Companhia estimou o valor recuperável de seus ativos de longo prazo com base em valor em uso, tendo em vista não haver mercado ativo para a infraestrutura vinculada à concessão. O valor em uso é avaliado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas, tanto em fontes externas de informações como dados históricos. O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão.

c.1) Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;

c.2) Taxa de desconto

A taxa de desconto (após os impostos), para as Usinas Angra 1 e 2 - foi utilizada a taxa específica para o segmento de geração de 7,00%, obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado.

Para a Usina Angra 3, em função das características peculiares de financiamento, a taxa de desconto foi calculada considerando a estrutura de capital específica do projeto, o que resultou na taxa de desconto para a base dezembro de 2015, de 5,47 % (4,51% na base dezembro 2014). Nesses cálculos foram utilizados, além dos parâmetros tradicionais conforme Nota Técnica Eletrobras 096/2015 de 06/11/2015, o beta calculado pela ANEEL, conforme Nota Técnica ANEEL 381/2012, alavancando a estrutura de capital do projeto. A opção do beta utilizado pela ANEEL consiste no fato de que nenhuma empresa de geração de energia elétrica com capital aberto no Brasil possui ativos de geração de energia nuclear, ao contrário da amostra de empresas utilizada no cálculo do beta pela ANEEL, que considera empresas americanas com o mínimo de duas plantas nucleares de geração de energia.

c.3) Registro do *Impairment*

Os eventos e as circunstâncias que levaram ao reconhecimento da perda por desvalorização do ativo foram:

Durante o exercício de 2015, o empreendimento sofreu alteração cronológica na expectativa de sua conclusão, sendo a nova previsão de data de entrada em operação para 01 de janeiro de 2021, conforme Relatório de Acompanhamento das Centrais Geradoras Termelétricas da ANEEL, de fevereiro de 2016. Em dezembro de 2014, a previsão de data de entrada em operação da usina era 31 de dezembro de 2018; e em setembro de 2015, a data era 19 de maio de 2019.

Nesse mesmo período, o orçamento total do projeto foi atualizado para a base dezembro de 2015, de modo a refletir o impacto das fortes oscilações nos índices inflacionários e cambiais, além da reprogramação de atividades devido o novo cronograma da obra. Essa alteração foi aprovada em reunião da Diretoria Executiva, conforme RDE 1261274.012/2016 de 26/01/2016.

Esse novo orçamento total base dezembro de 2015, de R\$ 20.579,8 milhões superou o de dezembro de 2014, de R\$ 17.170,5 milhões em R\$ 3.409,3 milhões, correspondente a um aumento de 19,8 %. Em setembro de 2015, o orçamento total do empreendimento estava estimado em R\$ 149.801,1 milhões.

A taxa de desconto foi calculada pela metodologia WACC (*Weighted Average Cost of Capital* ou Custo Médio Ponderado de Capital), considerando os parâmetros tradicionais e usualmente utilizados no mercado.

Em função da realização do teste de "impairment" no período, houve uma revisão na taxa de desconto, com elevação de 0,96%, passando de 4,51% (31 de dezembro de 2014) para 5,47% (30 de setembro de 2015). Essa taxa foi mantida para o teste de impairment

de 31 de dezembro de 2015. Os principais fatores que corroboraram para este aumento foram:

- Atualização do beta: para o cálculo do beta, foi considerada a ponderação dos betas das empresas comparáveis utilizadas na Nota Técnica ANEEL 381/2012, atualizada para a data de 30 de setembro de 2015 e realavancado pela estrutura de capital do projeto. A adoção deste cálculo para o *beta* consiste no fato de que nenhuma empresa de geração de energia elétrica, com capital aberto no Brasil possui ativos de geração de energia nuclear, ao contrário da amostra de empresas utilizada no cálculo do beta pela ANEEL, que considera empresas americanas com o mínimo de duas plantas nucleares de geração de energia.
- Consideração de um risco adicional (alfa) relacionado a execução do projeto.

A Metodologia aplicada, no teste de *impairment*, do empreendimento Angra 3, considera como ativo a recuperar os custos já realizados até a data do teste, 31 de dezembro de 2015, comparado com um fluxo de caixa operacional da usina descontado, estendido até o término da vida útil econômica da usina de 40 anos após a entrada em operação.

Os custos a realizar até o término da construção, prevista para 01 de janeiro de 2021, foram adicionados ao fluxo de caixa do empreendimento como “CAPEX” durante os períodos de anos de realização de janeiro de 2016 a dezembro de 2020. A partir daí, o fluxo de caixa segue com a projeção de resultado do empreendimento até abril de 2060

Foi desenvolvido um fluxo de caixa, a partir dos valores do resultado projetados para dezembro de 2021, a preços de dezembro de 2015, pelo período de vida útil econômica da usina em análise. O prazo estimado é de 40 anos, por sua semelhança a Usina Angra 2, que dispõe de licença de operação nesse prazo. Esse prazo é bastante conservador perante a expectativa conhecida de vida operacional desse tipo de instalação.

Os valores anuais obtidos no fluxo de caixa descontado foram acumulados, ano a ano, para serem comparados com o saldo do Ativo Imobilizado recuperável, representado pelo custo contábil realizado até 31 de dezembro de 2015.

A análise elaborada pela Companhia determinou a necessidade de constituição de provisão para redução do valor recuperável *impairment*, na Usina Angra 3, no montante de R\$ 1.587,6 milhões em dezembro de 2015, totalizando no exercício de 2015 uma provisão total de R\$ 4.475,9 milhões (R\$ 557 milhões no exercício de 2014), provocando uma redução do Ativo Imobilizado correspondente, tendo como contrapartida o registro na conta de despesas operacionais em 31 de dezembro de 2015. O valor acumulado de *impairment* no ativo imobilizado é R\$ 6.063,5 milhões (R\$ 1.090,3 em dezembro de 2014).

Durante o período de 01 de janeiro a 31 de março de 2016, os eventos ocorridos não apresentam alterações comprovadas nas premissas utilizadas no teste de *impairment* da Usina Angra 3, em 31 de dezembro de 2015. A data de entrada em operação prevista pela ANEEL se manteve, houve retração no câmbio vinculado parcialmente ao orçamento do empreendimento e a taxa de desconto estabelecida pela Eletrobras,

específica para Angra 3, se manteve em 5,47 %.

Desse modo, considerando que a provisão para perda já contabilizada atinge vultuosos valores, a Companhia entendeu que os resultados do teste de *impairment* realizados em dezembro de 2015 estão justos, não necessitando ajustes para esse primeiro trimestre contábil.

A Companhia continua monitorando as estimativas e os riscos associados na determinação do valor recuperável desse empreendimento e, na medida que novas negociações, novos estudos ou novas informações se concretizem e requeiram modificações no plano de negócio dos empreendimento, as mesmas serão atualizadas para refletir tais alterações.

c.4) Tarifa

A receita calculada para o teste de *impairment* de dezembro de 2015, teve base na tarifa contratual de 2009, R\$ 148,65 / MWh, devidamente ajustada pelos índices estabelecidos contratualmente. Esse procedimento é o mesmo padrão que vem sendo utilizado desde o início dessa avaliação. Em setembro de 2015, a tarifa ajustada representa R\$ 223,84/MWh.

A tarifa a ser praticada pela Usina Angra 3 foi instituída quando da assinatura do fornecimento da energia da usina em 2009, e foi regulamentada através da Portaria MME 980/2010, com o valor original de R\$ 148,65 / MWh.

A base utilizada na ocasião para o cálculo dessa tarifa, não teve equivalência com o custo do serviço da usina, assim como, também, não foi compatível com a média praticada nos leilões de térmicas da ocasião, e, portanto, encontra-se em um patamar distinto e inferior ao seu seguimento.

A ELETRONUCLEAR vem realizando gestões junto ao MME e ANEEL, no sentido de obter a revisão dessa tarifa aos valores adequados e a tornar o empreendimento com retorno assegurado, podendo reduzir ou até anular o *impairment* hoje registrado com efeitos positivos nos resultados futuros.

c.5) Sinergia

As Usinas Angra 2 e Angra 3 são oriundas de projetos similares e, por isso, tem sido utilizado o parâmetro de custos de Angra 2 em Angra 3. Ocorre que, existirá um ganho de custo/produtividade na entrada de Angra 3 por não haver necessidade de duplicar todas as atividades geradoras de custo, pois áreas comuns estarão atendendo as duas usinas.

A sinergia apurada para o projeto, considerando estudos internos, baseados na utilização da mão de obra da Companhia, apontou para um patamar de cerca de 24,5%, conforme Nota Técnica SF.A 022/2016; sendo esse percentual utilizado para estimativa do custo operacional PMSO, da Usina Angra 3, no teste de *impairment* de dezembro de 2015.

d) Licenciamento das usinas Angra 1 e 2

As usinas nucleares são submetidas a dois processos de licenciamento: Licenciamento Ambiental, de competência do IBAMA e Licenciamento Nuclear, conduzido pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Atualmente, a Usina Angra 1 possui a Autorização para Operação Permanente (AOP), emitida pela CNEN, em 1994 e renovada por 14 anos, pelo Ofício CNEN nº 124/2010 – CGRC/CNEN, de 09/08/2010 e a Usina Angra 2 possui a Autorização para Operação Permanente (AOP), concedida pela Resolução CNEN n.º 106/2011, válida por 30 anos a partir de 15/06/2011.

Em 12 de março de 2014, o IBAMA emitiu a Licença de Operação nº 1217/2014 autorizando a operação das Usinas Angra 1 e 2, válida por 10 anos.

e) Interpretação Técnica ICPC 12 – Mudanças em Passivos

A Interpretação Técnica ICPC 12 - Mudanças em passivos, aprovada pela Deliberação CVM 621, de 22 de dezembro de 2009, determina que a alteração de taxa de desconto aplicada em passivo de desativação deve refletir como atualização do ajuste a valor presente desse passivo, devendo tal alteração ser adicionada ao ativo correspondente.

A taxa de desconto atual para ajuste a valor presente é de 7,00% ao ano, estabelecida para aplicação por todas as Empresas do Sistema Eletrobras.

f) Pronunciamento Técnico CPC 27 – Sobressalentes no Imobilizado

A Companhia mantém em seu estoque uma gama de material de valor compatível às necessidades específicas de cada uma de suas usinas, devido às características próprias e individuais dos projetos. Trata-se de componentes e respectivos sobressalentes de fabricação restrita, de disponibilidade reduzida e, na sua quase totalidade, adquirida do exterior, necessários de modo a garantir a performance e fluxo contínuo de operação.

g) Empreendimento Angra 3

O planejamento original para a construção da Usina Nuclear Angra 3 previa que a planta seria implementada com base em um Cronograma Executivo de 66 meses*. Tal premissa fundamental era alicerçada na experiência da ELETRONUCLEAR com a construção de Angra 2, excluídos os períodos nos quais suas atividades estiveram paralisadas, bem como, com os programas de implantação das usinas nucleares mais recentemente construídas na Alemanha. O início desse prazo foi caracterizado pelo início da execução dos serviços de concretagem do edifício do reator, ocorrido em 01 de setembro de 2010. A viabilização desse prazo contemplava diversas premissas, algumas das quais ainda

não concretizadas e, adicionalmente, não se anteviam grandes dificuldades de natureza externa que impactassem sobremaneira o desenvolvimento das obras.

Diante desse quadro de incertezas, em setembro de 2012, a ELETRONUCLEAR comunicou à sua empresa controladora - Eletrobras que, com base em avaliações ainda preliminares, o empreendimento Angra 3 apresentava atrasos irrecuperáveis da ordem de 7 meses*, o que postergaria o início de operação comercial da usina, de 01 de dezembro de 2015 para 01 de julho de 2016.

Com base em análises detalhadas das diversas etapas que compõem o cronograma executivo, a ELETRONUCLEAR informou a sua controladora que o término da implantação de Angra 3 está previsto para 15 de dezembro de 2020, data essa, atualizada para 01 de janeiro de 2021, de acordo com o Relatório de Acompanhamento Relatórios de Acompanhamento das Centrais Geradoras Termelétricas da ANEEL de fevereiro de 2016 e mantida nos relatórios seguintes.

Dentre os motivos externos que mais vêm impactando o cronograma do empreendimento, destacam-se:

- Dificuldades para a efetivação de um novo arranjo financeiro em aditamento no contrato da Caixa Econômica Federal (CEF), para suportar a aquisição de bens e serviços nacionais;
- O término das gestões junto à AREVA, visando buscar a redução dos prazos de fornecimento de equipamentos e sistemas importados, mormente aqueles associados à entrega da instrumentação e controle digital;
- Alteração cronológica na expectativa de conclusão do empreendimento Angra 3, decorrente da suspensão temporária de contratos por 90 dias, extensiva até 120 dias. Com essa reprogramação, a nova data de entrada em operação passou para 01 de janeiro de 2021.

Em 11 de março de 2014, o IBAMA emitiu a Licença de Instalação nº 591/2009 – 2º retificação, para a Usina de Angra 3, válida por 6 anos.

NOTA 15 – INTANGÍVEL

O ativo intangível da Companhia compõe-se, basicamente: da aquisição de licença de uso do software do seu sistema corporativo central, denominado SAP R/3, e a de outros softwares aplicativos de uso específico e geral de valores substanciais, estando os mesmos registrados pelo custo de aquisição.

A movimentação do ativo intangível está assim constituída:

MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL EM 2016 - R\$ MIL							
DESCRIPTIVO	SALDO 31/12/2015	ADIÇÃO	TRANSF P/SERVIÇO	AMORTIZAÇÃO	AMORTIZAÇÃO CAPITALIZADA	OUTROS	SALDO 31/03/2016
Em curso	34.864	515	-	-	42	-	35.421
Em serviço - custo	102.198	-	-	-	-	-	102.198
Amortização	(76.790)	-	-	(2.192)	(42)	-	(79.024)
Total em serviço	25.408	-	-	(2.192)	(42)	-	23.174
TOTAL LÍQUIDO	60.272	515	-	(2.192)	-	-	58.595

MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL EM 2015 - R\$ MIL							
DESCRIPTIVO	SALDO 31/12/2014	ADIÇÃO	TRANSF P/SERVIÇO	AMORTIZAÇÃO	AMORTIZAÇÃO CAPITALIZADA	OUTROS	SALDO 31/12/2015
Em curso	23.755	12.683	(1.773)	-	199	-	34.864
Em serviço - custo	100.425	-	1.773	-	-	-	102.198
Amortização	(66.041)	-	-	(10.550)	(199)	-	(76.790)
Total em serviço	34.384	-	1.773	(10.550)	(199)	-	25.408
TOTAL LÍQUIDO	58.139	12.683	-	(10.550)	-	-	60.272

NOTA 16 – FORNECEDORES

- a) O saldo de fornecedores está composto de contas a pagar a empresas que fornecem materiais para o estoque do almoxarifado da operação, concentrado de urânio e serviços para o estoque de combustível nuclear e, para aplicação direta no investimento e nas atividades estruturais da ELETRONUCLEAR.
- b) Também está composta nessa rubrica, a provisão do valor de R\$ 189.028 (R\$ 180.594 em 31 de dezembro de 2015), a ser pago à FURNAS. Essa provisão, entendida como devolução líquida à FURNAS de faturamento a maior, decorre do seguinte:
 - 1) Diferença a favor de FURNAS entre as tarifas provisórias, que deram base ao faturamento da ELETRONUCLEAR de 2010, 2011 e 2012, e as tarifas definitivas recentemente, divulgadas pela Resolução Homologatória nº 1.585, de 13 de agosto de 2013, a crédito desta rubrica, no valor de R\$ 211.060;

- 2) Complemento de faturamento realizado pela ELETRONUCLEAR no período de 2005 a 2012, a débito desta rubrica, referente às diferenças das perdas na transmissão no valor de R\$ 73.468;
- 3) Atualização monetária de R\$ 32.902 e juros de R\$ 18.543 a crédito desta rubrica.
- c) A variação cambial destacada refere-se à atualização das faturas em moedas estrangeiras processadas desde seus registros até a data do balanço.

Abaixo, quadro com a composição da dívida com fornecedores:

FORNECEDORES EM 31/03/2016				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Faturas processadas	Variação cambial	Provisões	TOTAL
<u>Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	63.013	63.013
Fornecedores - nacional	355.826	-	71.964	427.790
Fornecedores - exterior	115.693	21.618	45	137.356
TOTAL CIRCULANTE	471.519	21.618	135.022	628.159
<u>Não Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	126.025	126.025
TOTAL NÃO CIRCULANTE	-	-	126.025	126.025
TOTAL EM 31/03/2016	471.519	21.618	261.047	754.184

FORNECEDORES EM 31/12/2015				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Faturas processadas	Variação cambial	Provisões	TOTAL
<u>Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	60.198	60.198
Fornecedores - nacional	384.123	-	89.280	473.403
Fornecedores - exterior	107.740	22.152	101.746	231.638
TOTAL CIRCULANTE	491.863	22.152	251.224	765.239
<u>Não Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	120.396	120.396
TOTAL NÃO CIRCULANTE	-	-	120.396	120.396
TOTAL EM 31/12/2015	491.863	22.152	371.620	885.635

NOTA 17 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos são:

Aplicações nas Usinas Angra 1 e Angra 2

Tratam-se de financiamentos captados com a Eletrobras para diversas etapas de melhoramentos da Usina Angra 2, para a troca dos geradores de vapor, da tampa do vaso de pressão do reator da Usina Angra 1 e para o capital de giro da companhia.

Em 22 de dezembro de 2015, houve o ingresso do montante de R\$ 150.000, referente a um novo contrato de repasse com a Eletrobras para cobertura de despesas com o Plano de Incentivo ao Desligamento - PID, nos termos da Resolução 653/2016, de 1º de Dezembro de 2015. A amortização em 18 (dezoito) parcelas mensais, iguais e sucessivas iniciou-se em 30 de Março de 2016.

Em garantia dos compromissos assumidos com a Eletrobras, a ELETRONUCLEAR vinculou sua receita própria, oriunda das usinas Angra 1 e Angra 2, aos débitos previstos nos financiamentos. Tal vinculação está suportada por procurações outorgadas por instrumento público, para que, em caso de inadimplência, possa receber diretamente os valores em atraso.

Não houve liberação de recursos novos para Angra 1 e 2 durante o primeiro trimestre de 2016.

Aplicações na Usina Angra 3

Em 24 de janeiro de 2011, foi assinado o contrato de financiamento nº ECF-2878/2010 entre a Companhia e a Eletrobras, com interveniência do Banco do Brasil, com abertura de recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, na ordem de R\$ 890.000, para retomada do empreendimento de implementação da usina nuclear Angra 3.

Em 23 de fevereiro de 2011, foi assinado o contrato de financiamento nº 10.2.2032.1 entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a ELETRONUCLEAR, com interveniência da Eletrobras, com abertura de um crédito de R\$ 6.14 bilhões, destinados à implantação da usina Angra 3.

Em garantia dos compromissos assumidos com o contrato do BNDES acima, a ELETRONUCLEAR constituiu uma Cessão Fiduciária em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretroatável, até o final da liquidação de todas as obrigações deste contrato, decorrentes da venda de energia produzida pela Usina de Angra 3.

A ELETRONUCLEAR deve apresentar ao BNDES, trimestralmente, Relatório Gerencial sobre a evolução física e financeira do projeto de Angra 3, assim como o Relatório sobre

o andamento dos Programas Ambientais do empreendimento. Outras obrigações da empresa incluem: a permissão de ampla inspeção das obras do projeto por parte de representantes do BNDES; a comunicação ao banco de fomento de qualquer ocorrência que acarrete a alteração do Quadro de Usos e Fontes do projeto; não conceder preferência a outros créditos sem a anuência do BNDES; apresentar até 30 de abril de cada ano as demonstrações financeiras consolidadas e auditadas por empresa registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Em 28 de junho 2013, foi assinado o contrato nº 0410.351-27/2013 entre a ELETRONUCLEAR e a Caixa Econômica Federal (contrato principal), no montante de R\$ 3.800.000, para financiamento de parte dos empreendimentos de Angra 3, referente à importação de equipamentos e serviços. O prazo do contrato é de 25 anos, a partir da data de assinatura, com a taxa de juros de 6,5% a.a. De acordo com a cláusula 3ª – Liberação de Recursos, a realização fica condicionada ao prévio adimplemento de diversas condições estipuladas nesse contrato, dentre as quais consta a celebração do contrato de Garantia Fidejussória da União e do contrato em Contragarantia da ELETRONUCLEAR.

Como tais exigências não foram preenchidas no período programado, e como havia uma grande quantidade de faturas de equipamentos e serviços já vencidas, e também depois de diversas tratativas entre as partes, optou-se pela assinatura de um subcontrato em 30/09/2013, denominado Empréstimo-Ponte nº 0418.626-06/2013, com garantia da Eletrobras, no valor de R\$ 1 bilhão, com a taxa de juros de 6,7% a.a. capitalizados e incorporados ao saldo devedor. Tal contrato já está assinado e registrado em cartório. Todos os saques previstos foram realizados e em 27 de julho de 2015 foi efetuada a quitação final do referido contrato.

Com o contrato de garantia assinado pela União, em 17 de julho de 2015, o contrato principal de R\$ 3.800.000, firmado com a Caixa Econômica Federal – CEF, em 28 de junho de 2013 entrou em vigor em conformidade com o estipulado na Cláusula Vigésima Sexta – Eficácia.

No dia 27 de julho de 2015, foi efetuado o nosso primeiro pedido de desembolso à CEF, no valor de R\$ 1.983.570, dos quais foram deduzidos o valor do Empréstimo-Ponte de R\$ 1.078.003, incluindo os juros em curso de R\$ 5.390 calculados, até o dia 27 de julho de 2015. O saldo remanescente de R\$ 905.566 foi utilizado para pagar diversas faturas de importação de serviços e equipamentos, até então pendentes de pagamento.

Como consequência, em 27 de julho de 2015, fizemos o lançamento contábil da quitação do novo saldo devedor da conta de curto prazo (R\$ 1.078.003), e contabilizamos o valor do primeiro desembolso do contrato principal (R\$ 1.983.570) na conta de longo prazo.

Em 21 de Março de 2016, foi realizado o segundo desembolso da CEF relativo ao contrato nº 0410.351-27/2013, no valor de R\$ 478.000, para o pagamento de faturas de importação de serviços e equipamentos.

a) Quadro dos financiamentos e empréstimos

DESCRIÇÃO	31/03/2016					31/12/2015				
	R\$ MIL				TX. EFETIVA	R\$ MIL				TX. EFETIVA
	JUROS	PRINCIPAL		TOTAL		JUROS	PRINCIPAL		TOTAL	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE				CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE			
ANGRAS 1 e 2:										
ELETOBRAS	-	41.850	326.972	368.822	7,00%	-	47.472	335.512	382.984	7,00%
ELETOBRAS - PSPE*	-	112.473	178.876	291.349	16,37%	539	89.570	210.113	300.222	15,66%
ELETOBRAS - PLR	-	7.707	-	7.707	16,37%	-	11.560	-	11.560	15,66%
ANGRA 3:										
ELETOBRAS	-	-	594.250	594.250	5,50%	-	-	594.250	594.250	5,50%
ELETOBRAS	-	24.646	271.104	295.750	16,37%	-	12.323	283.427	295.750	15,66%
BNDDES	10.134	55.712	3.209.817	3.275.663	9,22%	9.912	36.665	3.157.397	3.203.974	8,72%
CEF	9.314	-	2.541.361	2.550.675	6,50%	9.164	-	2.030.191	2.039.355	6,50%
TOTAL GERAL	19.448	242.388	7.122.380	7.384.216		19.615	197.590	6.610.890	6.828.095	

* É composto pelo empréstimo realizado em 2014 - R\$ 149.683 e em 2015 - R\$141.667, totalizando R\$ 291.349

b) Quadro das mutações dos financiamentos e empréstimos

MUTAÇÕES DOS FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS	EM R\$ MIL		
	MOEDA NACIONAL		TOTAL
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	217.205	6.610.890	6.828.095
Ingressos	-	478.000	478.000
Encargos - resultado	19.743	-	19.743
Encargos - investimento	114.281	-	114.281
Variação Monetária - resultado	258	11.166	11.424
Transferência para o circulante	70.995	(70.995)	-
Incorporação de encargos ao principal	(93.319)	93.319	-
Pagamentos	(67.327)	-	(67.327)
Saldo em 31 de março de 2016	261.836	7.122.380	7.384.216

c) Dívida total com seus vencimentos programados

FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS POR VENCIMENTOS		
ANO	R\$ MIL	
	31/03/2016	31/12/2015
2016	190.626	217.013
2017	252.891	252.616
2018	255.889	248.753
2019	304.897	290.213
2020	316.990	301.320
2021	329.965	313.242
2022	325.325	307.479
Após 2022	5.407.633	4.897.459
TOTAL	7.384.216	6.828.095

NOTA 18 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PASSIVO

A seguir, a composição das obrigações com tributos e contribuições sociais que se apresentam consignados no passivo circulante, e que compõem as obrigações correntes, na sua totalidade, a vencer e sem registro de qualquer inadimplência, e os passivos fiscais diferidos.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ MIL		R\$ MIL	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
PASEP e COFINS - Diferidos	3.347	3.347	-	-
PASEP e COFINS	11.631	14.467	-	-
PASEP e COFINS - Provisão	(14.499)	(14.499)	-	-
IRPJ Parcelamento	1.167	-	4.985	-
IPTU Acordo Angra	-	-	17.537	-
Taxas de importação	14.066	19.054	-	-
COSIRF	7.924	4.815	-	-
CIDE s/serviços no exterior	5.428	(122)	-	-
IRRF - Folha de pagamento	7.982	18.166	-	-
INSS	7.970	12.374	-	-
FGTS	2.057	4.182	-	-
ISS sobre importação e outros	3.277	3.819	-	-
Outros	14.392	10.289	-	-
TOTAL	64.742	75.892	22.522	-

A companhia constitui IRPJ e CSLL Diferidos sobre outros resultados abrangentes, ajustes relativos à adoção da Lei nº11.638, bem como sobre diferenças temporárias que, em março de 2016, geraram uma posição líquida ativa de IRPJ e CSLL Diferidos no montante total de R\$ 2.429.349 (R\$ 2.381.194 em 2015), contabilizados no Ativo Não Circulante. Todavia, em respeito ao estabelecido pelo CPC 32, foram registradas contas retificadoras, no mesmo montante, também no Ativo Não Circulante, de forma que o citado Ativo Diferido estivesse limitado ao montante do Passivo Diferido de IRPJ e CSLL.

DESCRIÇÃO	PASSIVO FISCAL DIFERIDO - R\$ MIL							
	31/03/2016				31/12/2015			
	PASSIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
	VALOR BASE	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL	VALOR BASE	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL
Ajuste a vr presente descomissionamento	570.938	51.384	142.735	194.119	591.429	53.229	147.857	201.086
Provisão para participações de empregados	(53.319)	(4.799)	(13.330)	(18.128)	(60.866)	(5.478)	(15.217)	(20.694)
Corr.monetária imobilizado 1995 a 1997	169.518	15.257	42.380	57.636	172.362	15.513	43.091	58.603
Imobilizado do descomissionamento-AVP	(25.098)	(2.259)	(6.275)	(8.533)	(25.337)	(2.280)	(6.334)	(8.615)
Imobilizado do descomissionamento-Custo	(15.289)	(1.376)	(3.822)	(5.198)	(11.876)	(1.069)	(2.969)	(4.038)
Outros ajustes CPC	(260.095)	(23.409)	(65.024)	(88.432)	(233.554)	(21.020)	(58.389)	(79.408)
Baixa despesas administrativas	(201.664)	(18.150)	(50.416)	(68.566)	(204.351)	(18.392)	(51.088)	(69.479)
Impairment	(6.063.455)	(545.711)	(1.515.864)	(2.061.575)	(6.063.454)	(545.711)	(1.515.864)	(2.061.574)
Ajuste CPC - Baixa de Angra 3	(689.197)	(62.028)	(172.299)	(234.327)	(689.197)	(62.028)	(172.299)	(234.327)
Transfer.de estoque para o Imobilizado	(99.528)	(8.958)	(24.882)	(33.840)	(93.902)	(8.451)	(23.476)	(31.927)
Receita financ.capitalizada no Imobilizado	(80.971)	(7.287)	(20.243)	(27.530)	(77.585)	(6.983)	(19.396)	(26.379)
Provisão para benefícios pós emprego	6.249	562	1.562	2.125	18.035	1.623	4.509	6.132
Provisão para devedores duvidosos	(98.201)	(8.838)	(24.550)	(33.388)	(97.097)	(8.739)	(24.274)	(33.013)
Provisão p/atualização depósitos judiciais	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para contingências judiciais	(176.131)	(15.852)	(44.033)	(59.885)	(169.543)	(15.259)	(42.386)	(57.645)
Provisão para desvalorização de títulos	(1.532)	(138)	(383)	(521)	(1.532)	(138)	(383)	(521)
Provisão para Plano de Incentivo - PSPE	(45.774)	(4.120)	(11.444)	(15.563)	(48.449)	(4.360)	(12.112)	(16.473)
Subtotal	(7.063.549)	(635.719)	(1.765.887)	(2.401.607)	(6.994.917)	(629.543)	(1.748.729)	(2.378.272)
Compensação com prejuízos fiscais de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	(7.063.549)	(635.719)	(1.765.887)	(2.401.607)	(6.994.917)	(629.543)	(1.748.729)	(2.378.272)
(-)Ativo Diferido	7.063.549	635.719	1.765.887	2.401.607	6.994.917	629.543	1.748.729	2.378.272
Outros resultados abrangentes	81.594	7.343	20.399	27.742	52.013	4.681	13.003	17.684
(-) Outros resultados abrangentes	(81.594)	(7.343)	(20.399)	(27.742)	(52.013)	(4.681)	(13.003)	(17.684)
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-

Em 15.02.2016, a Companhia recebeu a notificação de lançamento de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, no valor total de R\$ 27.462 mil (principal de R\$ 15.484), pela Prefeitura Municipal de Angra dos Reis - PMAR, referente à inscrição imobiliária das áreas de sua propriedade na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto CNAAA.

Os valores lançados em cobrança retroativa, para os exercícios de 2010 a 2015, referem-se a áreas adicionais de terreno, que foram acrescidas ao cadastro imobiliário em processo administrativo requerido pela própria administração da Companhia em 13.11.2015. Ocorre que o Município, ao efetuar tais alterações em seu cadastro, efetuou também o lançamento retroativo das diferenças apuradas para os exercícios de 2010 a 2015, com a incidência de juros de mora (R\$ 8.134 mil) e correção monetária (R\$3.844 mil).

Em 16.03.2016, a Companhia requereu, junto a PMAR, o parcelamento para os lançamentos efetuados entre os exercícios de 2011 a 2015, no valor total de R\$ 21.921 mil (principal de R\$ 13.326 mil) em 60 (sessenta) parcelas mensais, bem como, requereu ainda, a impugnação do lançamento efetuado para o exercício de 2010, no valor total de R\$ 5.541 mil (principal de R\$ 2.158 mil), por entender que estão presentes os

pressupostos para alegações de decadência da cobrança deste lançamento. Até a data de divulgação destas demonstrações financeiras não houve resposta ao requerimento de impugnação pela PMAR.

NOTA 19 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

OBRIGAÇÕES ESTIMADAS		
Composição	R\$ MIL	
	31/03/2016	31/12/2015
Provisão IR e CSLL sobre lucro real	-	-
Provisão de férias e gratificação de férias	45.917	42.549
Encargos sociais sobre provisão de férias	25.484	24.389
Provisão de 13º salário	1.883	19
Encargos sociais sobre provisão de 13º salário	2.179	-
TOTAL	75.463	66.957

NOTA 20 – ENCARGOS SETORIAIS

ENCARGOS SETORIAIS		
Composição	R\$ MIL	
	31/03/2016	31/12/2015
RGR	3.547	(254)
Taxa de fiscalização da Aneel	732	635
TOTAL	4.279	381

NOTA 21 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Em 31 de março de 2015 não ocorreram alterações na natureza e nas condições dos planos de benefícios à aposentadoria em relação ao descrito na Nota 21 das demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

A companhia entende que não houve impacto material nos benefícios pós-emprego por conta das adesões ao plano de incentivo de desligamento mencionado na nota 22.

Os saldos dos benefícios de aposentadoria podem ser demonstrados como segue:

	31/03/2016	31/12/2015
Obrigações registradas no balanço patrimonial com		
Benefícios de planos de pensão	54.827	46.872
Benefícios de saúde pós-emprego	11.083	11.083
	65.910	57.955
(-) parcela classificada no passivo circulante	(2.639)	(2.529)
	63.271	55.426

	31/03/2016	31/03/2015
Receitas (despesas) reconhecidas na demonstração do resultado		
Benefícios de planos de pensão	(9.002)	(10.047)
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes	1.250	(1.456)
Ganhos (perdas) atuariais das dívidas contratadas reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes	(1.186)	1.254
Redução (aumento) no ativo nos outros resultados abrangentes	-	-
	64	(202)

Conforme descrito na Nota 21 das demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos, no período em que ocorrem em outros resultados abrangentes conforme orientação do CPC 33.

a) Movimentação das obrigações de benefícios de aposentadoria

O estudo atuarial, em consonância com o CPC 33, efetuado por atuário independente para a data base de 31 de dezembro de 2015, apresentou passivo de R\$ 57.955. O referido estudo atuarial será revisado em 31 de dezembro de 2016. A movimentação das obrigações dos benefícios de aposentadoria pode ser assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	57.955
Pagamentos	(983)
Valores reconhecidos no resultado	9.002
Perdas atuariais reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes	(64)
Saldo em 31 de março de 2016	65.910

NOTA 22 – PROVISÃO PARA PLANO DE INCENTIVO DE DESLIGAMENTO

A Companhia instituiu, em fevereiro de 2014, o Plano de Sucessão Programada dos Empregados – PSPE, conforme aprovado na 282ª reunião do Conselho de Administração da ELETRONUCLEAR, de 19/12/2012, com o início das adesões em março de 2014 e término em abril de 2014. Ocorream 341 desligamentos até 31 de dezembro de 2014, 277 até 31 de dezembro de 2015, 1 em fevereiro de 2016, permanecendo 1 funcionário a ser desligado até junho de 2016.

A ELETRONUCLEAR reconheceu um complemento de provisão no montante de R\$ 223 referente a um funcionário incluso no programa em janeiro de 2016; e a baixa de R\$ 2.873 referente ao plano de saúde dos funcionários incentivados e ao desligamento de um funcionário no primeiro trimestre de 2016. Em 31 de março de 2016, o saldo da provisão é R\$ 45.799 (R\$ 48.449 em dezembro de 2015).

PLANO DE INCENTIVO DE DESLIGAMENTO 2016 - R\$ MIL					
Descritivo	31/03/2016				
	31/12/2015	Provisão	Baixa	Transferência	Saldo
<u>Circulante</u>					
Incentivo	1.102	148	(148)	-	1.102
Plano Médico	10.952			20	10.972
Subtotal	12.054	148	(148)	20	12.074
<u>Não Circulante</u>					
Plano Médico	36.395	75	(2.725)	(20)	33.725
Subtotal	36.395	75	(2.725)	(20)	33.725
TOTAL	48.449	223	(2.873)	-	45.799

NOTA 23 – PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia, amparada pela sua Procuradoria Jurídica, mantém o registro no passivo não circulante, de provisão para contingências judiciais, consideradas de perda provável para a Companhia, conforme quadro abaixo:

a) Composição

CONTINGÊNCIAS	R\$ MIL			
	31/03/2016		31/12/2015	
	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais
TRABALHISTAS				
Data-Base dos Engenheiros	15.732	-	15.732	-
Diferenças de remunerações	43.582	8.406	37.967	8.236
Planos Bresser, Collor, etc.	4.733	2.021	4.633	2.020
Outras	2.699	1.905	2.399	1.905
Atualização	9.683	-	9.949	-
	76.429	12.332	70.680	12.161
TRIBUTÁRIAS				
Tributos Feder/Estaduais	217	80	217	80
INSS	14.211	32.482	14.211	32.482
Atualização	48.157	-	46.480	-
	62.585	32.562	60.908	32.562
CÍVEIS				
Desapropriações	-	-	-	-
Responsabilidade civil	1.657	80	1.657	80
Outros	381	71	406	71
Atualização	13.350	-	12.867	-
	15.388	151	14.930	151
AMBIENTAL				
Contecioso ambiental	25.293	-	25.293	-
Atualização	8.973	-	7.893	-
	34.266	-	33.186	-
TOTAL	188.668	45.045	179.704	44.874

Os depósitos judiciais apresentados no quadro acima são apenas aqueles vinculados às contingências de perda provável. Os demais depósitos judiciais da Companhia estão divulgados na Nota 12.

A ação trabalhista Data-Base dos Engenheiros, no valor de R\$ 15.732, refere-se à reclamação trabalhista movida pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro contra FURNAS Centrais Elétricas S.A., ajuizada antes da data da cisão daquela empresa, que contempla empregados transferidos por sucessão trabalhista para a ELETRONUCLEAR. Tal contingência é integralmente de responsabilidade de FURNAS, conforme previsto no item 5, do Termo Aditivo ao Protocolo ajustado com FURNAS, em

23 de maio de 1997, estando, portanto, correspondida a um direito de igual valor registrado na conta "Outros" no ativo não circulante.

Em abril de 2014, foram inseridas provisões prováveis de multas ambientais relacionadas a processos administrativos em curso no IBAMA, decorrentes de autos de infração pela captura incidental de quelônios em Angra 2, que monta o valor de R\$ 21.687, atualizados em R\$ 29.206.

Os processos judiciais, avaliados como de perda possível, movidos contra a Companhia, e, portanto, não provisionados, montam R\$ 357.143 atualizados em 31 de março de 2016 (R\$ 138.653 em 31 de dezembro de 2015), sendo R\$ 231.688 de processos de natureza trabalhista (R\$ 16.543 em 31 de dezembro de 2015), R\$ 124.705 de ações tributárias (R\$ 121.384 em 31 de dezembro de 2015), R\$ 750 de ações cíveis (R\$ 726 em 31 de dezembro de 2015).

Adicionalmente, a Companhia vem questionando um auto de infração, cujo objeto trata de despesas de descomissionamento consideradas como dedutíveis no ano base de 2005. O valor do auto de infração de número 18.471.001076/2005-94 é de R\$ 3.530, atualizados em R\$ 12.088 e os advogados da Companhia avaliam a sua probabilidade de perda em relação a essa causa como possível. Na sequência do processo, a ELETRONUCLEAR solicitou ao Ministério da Fazenda o parcelamento em sessenta parcelas do valor total de R\$ 6.349 incluindo juros e multa, recebendo o deferimento por parte do ministério que estabeleceu a parcela inicial em R\$ 106.

Dentre essas ações de causas possíveis, destaca-se:

- a) A ação de execução fiscal movida pelo Estado do Rio de Janeiro em 2009, cujo objeto é crédito de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, supostamente incidente sobre importação de mercadorias, cujo processo de número 0003767-29.2009.8.19.0001 e garantia, montam R\$ 86.396, atualizados em R\$ 101.059.
- b) Ação ordinária (processo nº 0488193-93.2015.8.19.0001) proposta pelo Consórcio Angramon (Andrade Gutierrez Engenharia SA, Andrade Corrêa SA, Construtora Norberto Odebrecht SA, UTC Engenharia SA, Techint Engenharia e Construção SA, Empresa Brasileira de Engenharia SA e Construtora Queiroz Galvão SA) com o objetivo de rescindir o contrato de montagem eletromecânica com fundamento na ausência de pagamento, pela ELETRONUCLEAR, por mais de 90 dias, bem como a não aplicação, também pela ELETRONUCLEAR, de penalidades ou de execução da garantia contratual.

A Empresa contratou a LOBO & IBEAS Advogados para representá-la no processo, tendo a contratada apresentado sua posição preliminar de que as chances de êxito por parte da ANGRAMON são possíveis. Acrescenta a contratada que essa opinião de probabilidade de perda na referida demanda, resulta de juízo preliminar, podendo servir tão somente a atender aos elementos de avaliação para fins de demonstrações financeiras e de auditoria.

A ELETRONUCLEAR contestou a ação por seus advogados e o Consórcio Angramon apresentou réplica. A antecipação dos efeitos da tutela não foi deferida pela julgadora. Na mesma decisão, foi determinada a intimação da União Federal para manifestar eventual interesse na lide, o que foi efetivado na data de 22/03/2016.

Na hipótese de a ação ser julgada favoravelmente aos autores, à ELETRONUCLEAR serão impostos ônus de sucumbência, no que se incluem as custas judiciais e demais despesas incorridas e honorários advocatícios, estes que poderão variar, a critério do juiz da causa, de 10% a 20% sobre o valor da causa.

Os processos de contingência ativa com expectativa de ganho provável para retorno de caixa à ELETRONUCLEAR referentes a processos tributários federais e outros de natureza cível, e não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentam o montante de R\$ 219.

b) Movimentação

MOVIMENTAÇÃO DAS CONTIGÊNCIAS JUDICIAIS - R\$ MIL					
Composição	SALDO EM	ATUALIZAÇÃO	MOVIMENTAÇÃO		SALDO EM
	31/12/2015	EM 31/03/2016	BAIXAS	INCLUSÕES	31/03/2016
Trabalhistas	70.680	(266)	-	6.015	76.429
Tributárias	60.908	1.676	-	-	62.584
Cíveis	14.930	483	(25)	-	15.388
Ambiental	33.186	1.081	-	-	34.267
TOTAL	179.704	2.974	(25)	6.015	188.668

NOTA 24 – OBRIGAÇÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

a) Descomissionamento

a.1) Constituição do Passivo para descomissionamento

O descomissionamento de usinas nucleares refere-se à obrigação para desmobilização dos ativos destas usinas para fazer face aos custos a serem incorridos ao final da vida útil econômica das mesmas.

O descomissionamento pode ser entendido como um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito.

É premissa fundamental para a formação desse passivo para o descomissionamento, que o valor estimado para a sua realização deva ser atualizado ao longo da vida útil econômica das usinas, considerando os avanços tecnológicos, com o objetivo de alocar ao respectivo período de competência da operação, os custos a serem incorridos com a desativação técnico-operacional das usinas.

No exercício de 2013, foi realizado um estudo para atualização da estimativa de custos necessária para execução das atividades de descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2. O estudo concluiu por aumentar a mencionada estimativa para R\$ 2.089.513, sendo R\$ 938.175 para a Usina Angra 1 e R\$ 1.151.338 para a Usina Angra 2. O valor presente, correspondente, registrado no passivo é de R\$ 727.277. Tal estudo foi aprovado pela Diretoria Executiva, conforme RDE 1160.006/13 de 19.12.2013 e prevê atualização há cada cinco anos.

Conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25, a estimativa inicial dos custos de descomissionamento, referentes à desmontagem e remoção do item e de restauração dos locais nos quais as instalações estão localizadas, deve ser contabilizada como custo do empreendimento.

O custo total estimado é descontado a valor presente, com base em taxa que represente o custo de capital da Companhia e registrado no Imobilizado, em contrapartida a obrigação para desmobilização de ativos.

O saldo do passivo para descomissionamento a valor presente, em 31 de março 2016 é de R\$ 1.221.677 (R\$ 1.201.186 em 31 de dezembro de 2015).

a.2) Ajuste a valor presente do descomissionamento

No cálculo do ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento é considerado o custo total estimado para o descomissionamento, descontado a uma taxa que represente o custo de capital da Companhia, desde o final da vida útil econômica de cada usina até a data do balanço.

A taxa de desconto atual aprovada para o sistema Eletrobras é de 7,00% ao ano.

O valor do ajuste a valor presente do descomissionamento reconhecido no resultado em março de 2016 é de R\$ 20.491 (R\$ 81.875 em dezembro de 2015).

b) Rejeitos de Baixa e Média Atividade e Combustível Nuclear Usado - Constituição do Passivo

A Diretoria executiva da Companhia aprovou, através da resolução RDE nº 1247.003/15 de 12/08/2015, o Relatório do Grupo de Trabalho instituído pela GCE 037/10 de 01/06/2010, estendido para 2015, com a revisão das estimativas de Custos de Gerenciamento de Rejeitos Radioativos Operacionais e dos Elementos de Combustível

Nuclear Usados ao Final da vida útil das Usinas Angra 1 e Angra 2, para a data base julho 2015. Essa atualização atende ao estabelecido pela Comissão Nacional de Energia Nuclear na Resolução CNEN nº 187 de 15/05/2015.

As estimativas de custos para gerenciamento, em longo prazo, dos rejeitos operacionais de baixo e médio nível de atividade e dos elementos combustíveis usados foram as seguintes:

b.1) Para transporte e disposição final dos rejeitos operacionais de baixa e média atividade, relativos ao volume acumulado até 2020, quando se considera que será iniciada sua transferência para o Repositório Nacional de Rejeitos Radioativos de Baixo e Médio Nível de Atividade (RBMN), a ser implantado pela CNEN, responsável legal pela guarda final desses rejeitos, será despendido o montante de R\$ 55,268 milhões (base jul/2015).

b.2) Para armazenagem inicial dos elementos combustíveis, usados até o final da década de 2070, quando se estima ocorrer o término da vida útil de Angra 3 e, portanto, da própria CNAAA, a estimativa está representada pelo valor de R\$ 610,124 milhões (base jul/2015), montante que será despendido para implantação da Instalação para Armazenamento dos Combustíveis Irrradiados (UFC) e respectivo sistema de movimentação dos elementos combustíveis das usinas para essa instalação, cujo projeto encontra-se em andamento e cujo comissionamento deverá ocorrer até 2020.

Nos termos do Pronunciamento Técnico 27 e ICPC 12, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a ELETRONUCLEAR contabilizou no Ativo Imobilizado, em contrapartida ao Passivo Não Circulante, os valores das estimativas aprovadas.

d) O quadro abaixo resume a posição dos valores correspondentes ao passivo total de desmobilização de ativos:

DESCOMISSONAMENTO - R\$ MIL				
	31/03/2016			31/12/2015
USINA	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	ESTIMATIVA A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	938.175	(419.165)	519.010	510.305
ANGRA 2	1.151.338	(930.665)	220.673	216.972
TOTAL	2.089.513	(1.349.830)	739.683	727.277
REJEITOS DE BAIXA E MÉDIA ATIVIDADE E COMBUSTÍVEL NUCLEAR USADO - R\$ MIL				
	31/03/2016			31/12/2015
USINA	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	ESTIMATIVA A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	248.137	(68.200)	179.937	176.919
ANGRA 2	416.545	(114.488)	302.057	296.990
TOTAL	664.682	(182.688)	481.994	473.909
TOTAL DAS OBRIGAÇÕES PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS - R\$ MIL				
	31/03/2016			31/12/2015
USINA	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	ESTIMATIVA A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	1.186.312	(487.365)	698.947	687.224
ANGRA 2	1.567.883	(1.045.153)	522.730	513.962
TOTAL	2.754.195	(1.532.518)	1.221.677	1.201.186

NOTA 25 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Composição acionária

MOVIMENTAÇÃO DAS CONTIGÊNCIAS JUDICIAIS - R\$ MIL					
Composição	SALDO EM	ATUALIZAÇÃO	MOVIMENTAÇÃO		SALDO EM
	31/12/2015	EM 31/03/2016	BAIXAS	INCLUSÕES	31/03/2016
Trabalhistas	70.680	(266)	-	6.015	76.429
Tributárias	60.908	1.676	-	-	62.584
Cíveis	14.930	483	(25)	-	15.388
Ambiental	33.186	1.081	-	-	34.267
TOTAL	179.704	2.974	(25)	6.015	188.668

Todas as ações são nominativas e sem valor nominal, sendo as ordinárias com direito a voto.

As ações preferenciais não se podem converter em ações ordinárias e terão as seguintes preferências ou vantagens, de acordo com o Estatuto da Companhia:

- Prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio;
- Dividendo prioritário, mínimo cumulativo de 10% ao ano, e participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos lucros que remanescerem depois de pago um dividendo de 12% ao ano às ações ordinárias;
- Direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias sobre a alteração do Estatuto.

Também, de acordo com o Estatuto, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório anual, calculado na base de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação vigente.

NOTA 26 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	R\$ MIL	
	31/03/2016	31/03/2015
Suprimento de energia elétrica	721.968	569.359
Outros Serviços	-	-
Impostos sobre vendas:		
PASEP	(11.912)	(9.394)
COFINS	(54.870)	(43.274)
ISS	-	-
Outros	(398)	(411)
	654.788	516.280
Reserva global de reversão - RGR	(19.464)	(15.175)
TOTAL	635.324	501.105

- Suprimento de energia elétrica

O suprimento de energia elétrica das usinas nucleares Angra 1 e 2 de 3.432.146 MWh* (3.418.635 * em 2015), corresponde a uma receita no primeiro trimestre de 2016 de R\$ 721.968 (R\$ 569.359 em 2015).

*Informação não auditada por auditoria independente

a) Modalidade de comercialização

Com a regulamentação da ANEEL para o dispositivo do art.11, da Lei 12.111/2009, mediante as edições em 21 de dezembro de 2012, da Resolução Normativa nº 530, da Resolução Homologatória nº 1.405 e da Resolução Homologatória nº 1.407, a partir de 01 de janeiro de 2013, a receita decorrente da geração das usinas Angra 1 e 2 passa a ser rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional – SIN.

b) Apuração do PASEP e do COFINS

A apuração do PASEP e COFINS é feita com base no método não cumulativo utilizando a alíquota de 9,25%.

NOTA 27 – CUSTO OPERACIONAL

CUSTO OPERACIONAL		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	31/03/2016	31/03/2015
Pessoal	96.872	93.587
Pessoal - PSPE	108	272
Pessoal - PSPE - PMA	1.166	720
Material	2.428	5.177
Serviços de terceiros	15.151	36.432
Depreciação e amortização	96.310	89.009
Encargos de uso da rede de transmissão	22.341	19.565
Combustível para produção de energia elétrica	96.918	88.933
Aluguéis	2.080	2.230
Provisão para plano de incentivo de desligamento (a)	(1.934)	(719)
Outros	7.560	8.340
TOTAL	339.000	343.546

a) **Provisão para plano de incentivo de desligamento** – conforme descrito na Nota 22.

NOTA 28 – DESPESAS OPERACIONAIS

DESPESAS OPERACIONAIS		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	31/03/2016	31/03/2015
Pessoal	25.585	29.115
Pessoal - PSPE	40	101
Pessoal - PSPE - PMA	431	266
Material	714	2.740
Serviços de terceiros	29.907	23.330
Depreciação e amortização	2.213	2.380
Aluguéis	4.814	2.594
Provisões para risco e benefício pós-emprego	9.002	12.207
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	1.104	3
Reversão p/créditos de liquidação duvidosa	-	(31)
Provisão para plano de incentivo de desligamento (a)	(716)	(266)
Outras provisões	9.239	903
Outras	24.813	1.825
TOTAL	107.146	75.167

a) **Provisão para plano de incentivo de desligamento** – conforme descrito na Nota 22.

b) **Impairment de Angra 3** – conforme descrito na Nota 14.

NOTA 29 – RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO	R\$ MIL	
	31/03/2016	31/03/2015
RECEITAS FINANCEIRAS		
Rendimento sobre títulos e valores mobiliários de curto prazo	376	-
Variaç.monetárias e cambiais s/dívidas com fornecedores e outros	7.541	73.777
Ganho sobre títulos e valores mobiliários de longo prazo - fundo para descomissionamento (Nota 11)	-	71.528
Outras	960	1.222
	8.877	146.527
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos sobre financiamentos - Eletrobras	(19.743)	(12.822)
Ajuste a valor presente da obrigação para desmobilização de ativos	(20.491)	(21.454)
Variaç.monetárias e cambiais s/dívidas com fornecedores e outros	(51.364)	(8.882)
Perda sobre títulos e valores mobiliários de longo prazo - fundo para descomissionamento (Nota 11)	(29.477)	-
Despesa com juros - diferença de tarifa	(2.706)	(3.217)
Variaç.monetária - diferença de tarifa	(5.738)	(4.235)
Outras	(5.593)	113
	(135.112)	(50.497)
TOTAL	(126.235)	96.030

NOTA 30 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO

A apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado dos períodos findos em 2016 e 2015 segue demonstrada:

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES NO RESULTADO	R\$ MIL			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Lucro (Prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda	62.943	178.425	62.943	178.425
Adições				
Ajuste a valor presente - obrigação p/desmobilização	20.490	21.453	20.490	21.453
Provisões diversas	374	903	374	903
Provisão Impairment Angra 3	-	-	-	-
Dotação à Fundação de Assist.Médica - permanente	11.728	14.584	11.728	14.584
Provisão atuarial benefício pós-emprego	9.002	10.047	9.002	10.047
Provisão para Devedores Duvidosos	1.111	4	1.111	4
Receita financeira Angra 3 transferida p/o imobilizado	3.386	747	3.386	747
Provisão para contingências	8.890	3.360	8.890	3.360
Ajustes nas depreciações pelos CPCs	38.184	30.330	38.184	30.330
Provisão plano incentivo - PSPE	-	-	-	-
Provisão para PLR dos empregados	-	-	-	-
Outras	129	188	8	175
	93.294	81.616	93.173	81.603
Exclusões				
Provisão atuarial - resultados abrangentes		9.204	-	9.204
Ajuste a valor presente - obrigação p/desmobilização		-	-	-
Ajustes nas depreciações pelos CPCs		2.687	-	2.687
Reversão de provisão para devedores duvidosos	7	31	7	31
Reversão de provisão para contingências/PSPE	2.675	15.493	2.675	15.493
Reversão de provisão para PLR	7.548	-	7.548	-
Reversão outras provisões	2.687		2.687	
	12.917	27.415	12.917	27.415
Lucro real / Base positiva da contribuição social antes das compensações	143.320	232.626	143.199	232.613
Compensação de prejuízos fiscais de períodos anteriores	42.996	69.788	42.960	69.784
Lucro real / Base positiva da contribuição social após compensações	100.324	162.838	100.239	162.829
Alíquotas dos tributos	15% + 10	15% + 10	9%	9%
Ajuster de exercícios anteriores				
Imposto de renda e contribuição social - efeito líquido no resultado do exercício	25.075	40.704	9.022	14.654

NOTA 31 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS, ENCARGOS FINANCEIROS E SUAS TRANSFERÊNCIAS

APLICAÇÕES FINANCEIRAS, ENCARGOS FINANCEIROS E SUAS TRANSFERÊNCIAS		
DESCRIÇÃO	GERAÇÃO	
	R\$ MIL	
	31/03/2016	31/03/2015
Rendimento das aplicações financeiras contabilizados no resultado	3.762	747
(-) Transferências para o imobilizado em curso	(3.386)	(747)
Efeito na receita financeira	376	-
Encargos financeiros contabilizados no resultado	134.024	96.834
(-) Transferências para o imobilizado em curso	(114.281)	(84.012)
Efeito na despesa financeira	19.743	12.822
EFEITO LÍQUIDO NO RESULTADO	(19.367)	(12.822)

NOTA 32 - SALDO E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo venda de energia elétrica, em tarifas aprovadas pela ANEEL, e empréstimos e financiamentos contraídos junto à controladora ELETROBRAS.

Segue abaixo, quadro do saldo e transações com as empresas consideradas partes relacionadas:

SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - R\$ MIL												
SALDOS	31 DE MARÇO DE 2016											31/12/2015
	Eletrobras	Furnas	Chesf	Eletrosul	Eletronorte	Eletoacre	Celg	Ceal	Cepisa	Ceron	TOTAL	TOTAL
Ativo												
Concessionárias - Distribuidoras	-	-	-	-	-	571	7.501	2.103	1.846	1.912	13.932	11.924
Fundo descomissionamento	477.180	-	-	-	-	-	-	-	-	-	477.180	492.938
Outras contas a receber	33.548	5.079	53	-	16	-	-	-	-	-	38.696	39.261
Passivo												
Fornecedores	-	(1.034)	(4)	-	-	-	-	-	-	-	(1.039)	(1.027)
Fornecedores - Provisão	-	(654)	(538)	(538)	(511)	-	-	-	-	-	(2.241)	(2.282)
Devolução tarifa RH 1406/12	-	(189.038)	-	-	-	-	-	-	-	-	(189.038)	(180.594)
Financiamentos captados	(1.557.878)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.557.878)	(1.584.227)
Saldo Líquido	(1.047.150)	(185.647)	(489)	(538)	(495)	571	7.501	2.103	1.846	1.912	(1.220.387)	(1.224.007)
TRANSAÇÕES	31 DE MARÇO DE 2016											31/03/2015
	Eletrobras	Furnas	Chesf	Eletrosul	Eletronorte	Eletoacre	Celg	Ceal	Cepisa	Ceron	TOTAL	TOTAL
Receita												
Venda de energia	-	-	-	-	-	1.713	22.504	6.308	5.537	5.735	41.797	143.086
Remuneração do fundo financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	154.391
Despesa												
Variação monetária - Devolução tarifa RH 1406/12	-	(5.738)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.738)	(16.547)
Despesa com Juros - Devolução tarifa RH 1406/12	-	(2.706)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.706)	(9.955)
Encargos uso da rede elétrica	-	(2.009)	(1.565)	(1.572)	(1.477)	-	-	-	-	-	(6.623)	(25.399)
Encargos financeiros	(19.743)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.743)	(55.780)
Cessão de funcionários	(187)	(93)	-	-	(48)	-	-	-	-	-	(329)	(917)
Auditoria externa	(277)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(277)	(436)
Remuneração do fundo financeiro	(29.477)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(29.477)	-
Saldo Líquido	(49.684)	(10.546)	(1.565)	(1.572)	(1.525)	1.713	-	6.308	5.537	5.735	(23.096)	188.443

A taxa de juros praticada nas captações de recursos com a ELETROBRAS encontra-se detalhada na Nota 17.

Como patrocinadora da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social e do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social, entidades fechadas sem fins lucrativos que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes, a ELETRONUCLEAR apresenta os saldos e movimentação de valores que envolvem essas entidades na Nota 21.

NOTA 33 - TAXAS REGULAMENTARES

A Companhia incorreu, durante o período, nos seguintes encargos do setor elétrico, apropriados ao resultado:

TAXAS REGULAMENTARES	R\$ MIL	
	31/03/2016	31/03/2015
Reserva Global de Reversão - RGR classificada como retificadora da receita operacional	19.464	15.175
Contribuição ao Operador Nacional do Sistema - ONS classificada como retificadora da receita operacional	22	21
Contribuição a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE classificada como retificadora da receita operacional	376	390
Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica - TFSEE classificada como despesa operacional - outras	2.195	1.906
TOTAL	22.057	17.492

NOTA 34 – SEGUROS

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando os principais ativos, bem como a responsabilidade civil inerente a suas atividades.

Os valores segurados referem-se ao total das apólices vigentes para reembolso em caso de sinistro, representados pela quantidade de moeda de origem convertida para reais, pela respectiva cotação na data das demonstrações financeiras.

Como prêmio, estão apresentados os valores pagos e a pagar das apólices na moeda de origem, atualizados para equivalente em reais pela respectiva cotação na data das demonstrações financeiras.

O montante global segurado, em 31 de março de 2016, é de R\$ 12.147.064 e está assim distribuído:

SEGUROS EM 31 DE MARÇO DE 2016			
SEGUROS - R A M O S	MOEDA - R\$ MIL		
	VIGÊNCIA	VALOR SEGURO	PRÊMIO EQUIVALENTE
Riscos nucleares	30/10/2016	4.579.237	17.812
- Danos materiais		3.558.900	13.185
- Responsabilidade civil		1.020.337	4.626
Riscos de Engenharia	27/06/2016	7.510.272	11.422
- Construção		4.268.100	8.276
- Responsabilidade civil		30.000	454
- Armazenamento de equipamentos		3.212.172	2.692
Diversos	Diversas	57.556	521
TOTAL		12.147.065	29.755

NOTA 35 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior e a menor remuneração paga a empregados, tomando-se por base o mês de março de 2016, foram de R\$ 46.013,65 e R\$ 3.014,61 (R\$ 41.341,24 e R\$ 2.864,48 em março de 2016), respectivamente, de acordo com a política salarial praticada pela ELETRONUCLEAR. O maior honorário atribuído a dirigentes, tomando-se por base o mês de março de 2016, corresponde a R\$ 39.692,13 (R\$ 36.861,19 em março de 2016).

Nos períodos findos em 2016 e de 2015, a Companhia realizou gastos com remuneração, encargos sociais e benefícios da alta administração, conforme apresentado a seguir:

NATUREZA	R\$ MIL	
	31/03/2016	31/03/2015
Remuneração dos Diretores e Conselheiros **	792	716
Encargos Sociais	220	199
Benefícios	39	28
TOTAL	1.051	943

* Informação não auditada por auditoria independente

** Inclui o chefe da Auditoria Interna, vinculado ao Conselho de Administração

NOTA 36 – COMPROMISSOS

Além das obrigações registradas no presente balanço, a Companhia possuiu outros compromissos contratados até a data do balanço, mas ainda não incorridos, e cujas realizações ocorrerão nos próximos exercícios, portanto sem registros patrimoniais em 31 de março de 2016. Trata-se de contratos e termos de compromissos referentes: à venda de energia elétrica; à aquisição de matéria-prima - combustível nuclear - para produção de energia elétrica; aos compromissos socioambientais vinculados ao empreendimento Angra 3 e aquisição de bens e serviços para substituições em seu ativo imobilizado, a saber:

36.1 – Venda de energia elétrica

Com a regulamentação da ANEEL para o dispositivo do art.11, da Lei 12.111/2009 e mediante a edição da Resolução Normativa nº 530, em 21 de dezembro de 2012, toda a receita decorrente da geração das usinas Angra 1 e 2 será rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional – SIN, de acordo com as cotas-partes estabelecidas pela ANEEL para o período de 2013 a 2020, conforme Resoluções Homologatórias 1.407/2012, 1.663/2013 e 1.830/2014.

A Resolução Homologatória ANEEL nº 2.006/2015, estabeleceu a receita fixa de R\$ 2.862.070 para o ano de 2016, relativa à geração de energia das centrais geradoras Angra 1 e 2.

Conforme está previsto nos procedimentos estabelecidos pela ANEEL, as atualizações da receita fixa das Usinas Angra 1 e 2 ocorrerão nas seguintes condições:

- Reajustes tarifários anuais, representados pela atualização inflacionária dos valores do período.
- Revisões tarifárias ocorrerão a cada intervalo de três anos.
- Revisões extraordinárias poderão ser realizadas por solicitação da ELETRONUCLEAR ou por iniciativa da ANEEL, para cobertura de custos excepcionais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro dos empreendimentos.

CONCESSIONÁRIA	R\$ MIL			
	2016*	2017	2018 / 2019	2020
AES-SUL - Aes Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.	61.571	73.885	147.769	73.885
AME - Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	41.041	49.249	98.498	49.249
AMPLA - Ampla Energia e Serviços S.A.	67.953	81.544	163.087	81.544
BANDEIRANTE - Bandeirante Energia S.A.	70.815	84.978	169.955	84.978
CAIUÁ-D - Caiuá Distribuição de Energia S.A.	7.865	9.438	18.876	9.438
CEA - Companhia de Eletricidade do Amapá	6.560	7.873	15.745	7.873
CEAL - Companhia Energética de Alagoas	21.674	26.009	52.018	26.009
CEB-DIS - Ceb Distribuição S.A.	42.148	50.578	101.156	50.578
CEEE-D - Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica	59.144	70.973	141.945	70.973
CELESC-DIS - Celesc Distribuição S.A.	122.021	146.426	292.851	146.426
CELG-D - Celg Distribuição S.A.	77.330	92.796	185.591	92.796
CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A.	48.560	58.272	116.544	58.272
CELPE - Companhia Energética de Pernambuco	76.625	91.950	183.899	91.950
CELTINS - Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins	11.724	14.070	28.139	14.070
CEMAR - Companhia Energética do Maranhão	35.336	42.403	84.806	42.403
CEMAT - Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.	41.521	49.826	99.651	49.826
CEMIG-D - Cemig Distribuição S.A.	186.333	223.600	447.199	223.600
CEPISA - Companhia Energética do Piauí	19.026	22.831	45.662	22.831
CERON - Centrais Elétricas de Rondônia S.A.	19.705	23.646	47.292	23.646
CNEE - Companhia Nacional de Energia Elétrica	3.995	4.794	9.588	4.794
COELBA - Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia	113.346	136.016	272.031	136.016
COELCE - Companhia Energética do Ceará	65.050	78.060	156.120	78.060
COPEL-DIS - Copel Distribuição S.A.	177.209	212.652	425.303	212.652
COSERN - Companhia Energética do Rio Grande do Norte	31.301	37.561	75.122	37.561
CPFL JAGUARI - Companhia Jaguarí de Energia	3.297	3.957	7.913	3.957
CPFL LESTE PAULISTA - Companhia Leste Paulista de Energia	2.027	2.432	4.864	2.432
CPFL MOCOCA - Companhia Luz e Força de Mococa	1.561	1.874	3.747	1.874
CPFL PIRATININGA - Companhia Piratininga de Força e Luz	68.822	82.586	165.172	82.586
CPFL SANTA CRUZ - Companhia Luz e Força Santa Cruz	6.658	7.990	15.980	7.990
CPFL SUL PAULISTA - Companhia Sul Paulista de Energia	2.753	3.303	6.606	3.303
CPFL PAULISTA - Companhia Paulista de Força e Luz	156.995	188.394	376.787	188.394
DMED - DME Distribuição S.A.	2.982	3.579	7.157	3.579
EBO - Energisa Borborema – Distribuidora de Energia S.A.	4.792	5.751	11.502	5.751
EDEVP - Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.	6.133	7.360	14.720	7.360
EEB - Empresa Elétrica Bragantina S.A.	5.093	6.112	12.223	6.112
ELEKTRO - Elektro Eletricidade e Serviços S.A.	91.358	109.630	219.260	109.630
ELETROACRE - Companhia de Eletricidade do Acre	5.886	7.064	14.127	7.064
ELETROPAULO - Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	282.500	339.000	678.000	339.000
EMG - Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.	8.264	9.917	19.834	9.917
ENERSUL - Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A.	28.505	34.206	68.412	34.206
EPB - Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia	25.650	30.781	61.561	30.781
ESCELSA - Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.	46.213	55.456	110.911	55.456
ESE - Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.	19.058	22.870	45.739	22.870
IENERGIA - Iguazu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.	1.642	1.971	3.941	1.971
LIGHT - Light Serviços de Eletricidade S.A.	150.262	180.314	360.628	180.314
RGE - Rio Grande Energia S.A.	56.754	68.105	136.209	68.105
TOTAL	2.385.058	2.862.070	5.724.140	2.862.070

36.2 – Combustível nuclear

Contratos assinados com a INB - Indústrias Nucleares Brasileiras, para aquisição de matéria-prima para produção de energia elétrica e combustível nuclear para as próximas recargas das usinas Angra 1 e Angra 2, bem como a carga inicial e futuras recargas de Angra 3, conforme quadro demonstrativo a seguir:

COMBUSTÍVEL NUCLEAR - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2016	262.190
2017	162.238
2018	162.238
2019	34.447
2020	-
2021	-
Após 2021	8.797.574
TOTAL	9.418.687

36.3 – Compromissos socioambientais

Termos de compromissos assumidos com os Municípios, nos quais a ELETRONUCLEAR se compromete a celebrar convênios específicos de portes socioambientais, vinculados ao empreendimento Angra 3, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo IBAMA, conforme quadro demonstrativo a seguir:

COMPROMISSOS SOCIOAMBIENTAIS - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2016	33.842
2017	104.241
2018	104.241
2019	89.243
2020	-
2021	-
Após 2021	-
TOTAL	331.567

36.4 – Aquisições de bens e serviços

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de bens e serviços das usinas Angra 1, Angra 2 e Angra 3, necessários à garantia de performance operacional desses ativos, conforme quadro demonstrativo a seguir:

BENS E SERVIÇOS - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2016	2.861.695
2017	3.675.226
2018	1.164.476
2019	49.126
TOTAL	7.750.523

37 – EVENTOS SUBSEQUENTES

- a. Em 03.05.2016 a ELETRONUCLEAR recebeu a correspondência CTA-DF-1511/2016 de sua *holding* Eletrobras, em resposta à carta DA-024/16 de 11.03.2016, informando da impossibilidade de atender à solicitação de postergação de R\$ 224 milhões em compromissos junto à Eletrobras, durante o período de 18 (dezoito) meses, e relativos à amortização de contratos de financiamento obtidos junto à Eletrobras. A utilização destes recursos fariam parte da composição dos R\$ 1.704 milhões previstos de serem investidos na Fase 1 do plano de retomada do empreendimento Angra 3. Conforme mencionado na nota 3.1.1 a ELETRONUCLEAR está analisando alternativas de estruturação financeira, para suportar os investimentos nesta primeira fase, para novas discussões junto à Eletrobras e ao BNDES.
- b. Em mesma data, 03.05.2016, a ELETRONUCLEAR assinou o contrato de financiamento ECF-3284/2016 com a sua *holding* Eletrobras no valor de R\$ 133 milhões, a ser empregado em capital de giro, na aquisição de combustível nuclear junto às Indústrias Nucleares do Brasil – INB, e, nas seguintes condições: 1- juros equivalente ao CDI mais 5,54% (cinco inteiros e cinquenta e quatro centésimos por cento), sem incorporação de juros durante o período de carência e calculados *pro rata temporis* sobre o saldo devedor corrigido; 2 – taxa de administração de 0,50% (cinco décimos por cento) ao ano vencível e paga no dia 30 de cada mês, calculada *pro rata temporis* sobre o saldo devedor corrigido; 3 – carência de principal até janeiro de 2017; 4 – amortização de saldo devedor em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira vencendo no dia 30 (trinta) do mês subsequente ao do vencimento da carência. Uma primeira *tranche* no valor de R\$ 100 milhões do presente financiamento foi liberada em 05.05.2016, sendo estes recursos integralmente utilizados em sua finalidade contratada na data de 06.05.2016. Estima-se que a liberação complementar, no valor de R\$ 33 milhões, seja concluída até o final de maio de 2016.
- c. A Lei nº 7184 de 30 de dezembro de 2015, institui a taxa de controle, monitoramento e fiscalização ambiental das atividades de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica de origem hidráulica, térmica e termo nuclear – TFGE no Estado do Rio de Janeiro. O fato gerador da mencionada taxa é o exercício regular do poder de polícia ambiental conferido ao Instituto Estadual do Ambiente INEA, sobre as atividades de geração, transmissão e ou distribuição de energia, realizada no âmbito do Estado de Rio de Janeiro.

Em seu artigo 4º a lei estabelece que o valor da contribuição corresponderá em MegaWatt-hora-MWh de energia elétrica gerada no estado, a ser recolhida até o 10º (décimo) dia do mês subsequente. Para a energia termo nuclear, o valor do MWh será de R\$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos).

Essa lei foi regulamentada pelo Decreto 45.639 de 25 de abril de 2016, que confirma a unidade de medida o MWh gerados no estado como parâmetro para a cobrança e o valor de R\$ 5,50 por unidade gerada. Define o decreto, em seu Artigo 14º, que os contribuintes obrigados ao pagamento da mencionada contribuição TFGE ficam isentos da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do estado do Rio de Janeiro, instituída pelo Artigo 6º da Lei nº 5438 de 17 de abril de 2009.

A estimativa de contribuição anual para a ELETRONUCLEAR será de cerca de R\$ 80 milhões, considerando as quantidades de energia gerada pelas Usinas Angra 1 e 2. O início do recolhimento está previsto para o mês de maio de 2016.

A Empresa entende que essa contribuição deve ser contestada no âmbito da Inspeção de Fiscalização Especializada da Secretaria de Estado da Fazenda do Rio de Janeiro, já tendo se unido a ABRAGET Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas a autorizando a impetrar mandato de segurança contra a cobrança deste tributo.

Uma segunda alternativa que a Empresa está avaliando, é submeter a ANEEL o pleito de inclusão da taxa ambiental como um componente da receita fixa anual. Nesse mesmo sentido, a Petrobras solicitou reajuste do custo de geração de suas usinas, tendo a Advocacia-Geral da União se manifestado positivamente através do Parecer nº 0092/2016/PFANEEL/PGF/AGU, recomendando a ANEEL o reajuste pretendido.

ROGÉRIO CESAR NEVES ARANHA
Diretor de Administração e Finanças
CPF: 808.945.187-04 – RG: 04.448.033-3 – DETRAN/RJ

RONALDO NETO ALCÂNTARA
Superintendente Financeiro
CPF: 085.658.417-74– CRC: RJ - 086615/O

BEATRIZ ALBINO DA SILVA
Gerente de Contabilidade
CPF: 090.436.427-54 – CRC: RJ – 098430/O-2